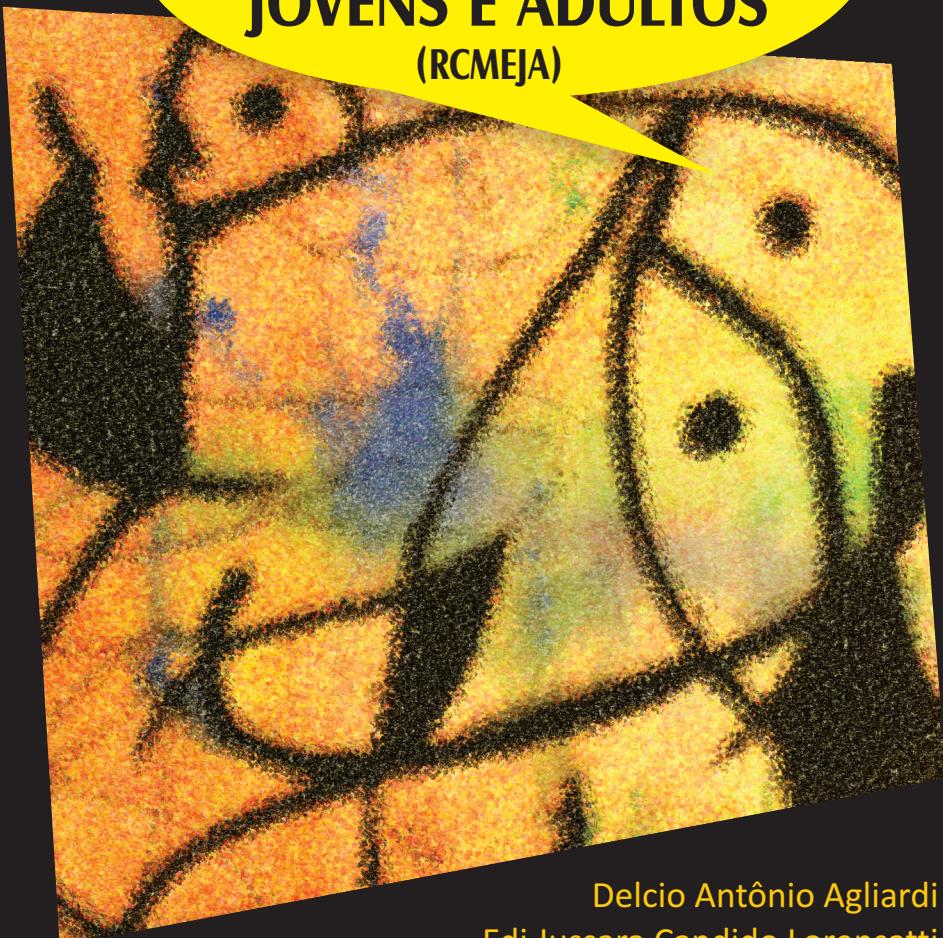


REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE **JOVENS E ADULTOS** (RCMEJA)



Delcio Antônio Agliardi
Edi Jussara Cândido Lorensatti
[Org.]

REFERENCIAL CURRICULAR
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS
(RCMEJA)

Prefeito Municipal de Igrejinha: Joel Leandro Wilhelm
Secretário de Educação: Luis Carlos Trombetta
Coordenadoria de Ensino: Israel Ronaldo Lucas
Coordenação da EJA: Cibele Fernandes da Costa

GRUPO DE REDATORES

SME:

Israel Ronaldo Lucas
Cibele Fernandes da Costa
Andresa Luz Medeiros Ruffato
Joice Scheila Caloni

UCS:

Delcio Antonio Agliardi
Edi Jussara Candido Lorensatti

Grupo de Trabalho

André Luis Conforti
Andresa Luz Medeiros Ruffato
Carine Foss
Claudia dos Reis Moraes
Dislaine Schenkel
Endieli Rörig
Joice Scheila Caloni
Larissa Bordon
Maico Fabiano Giovanaz
Marcos Antonio Aristimunha Ferreira
Nilza Aparecida Marques Monteiro Raymundo
Sandra Ribeiro da Silva
Sirlei Gislaine da Silva

Delcio Antônio Agliardi
Edi Jussara Cândido Lorensatti
[Org.]

**REFERENCIAL CURRICULAR
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS
(RCMEJA)**



© dos organizadores

Revisão: Ivone Polidoro Franco

Editoração: Traço Diferencial (54) 99901 3978

Capa: Efeito gráfico na obra “Quadrado Negro”, de Kandinsky (1923)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Universidade de Caxias do Sul

UCS – BICE – Processamento Técnico

R332 Referencial Curricular Municipal de Jovens e Adultos – RCMEJA /
org. Delcio Antônio Agliardi, Edi Jussara Cândido Lorensatti. – Caxias
do Sul, RS : Educs, 2016
94 p.; 21 cm.

Apresenta bibliografia.

ISBN 978-85-7061-832-0

1. Educação de adultos 2. Currículos. 3. Educação e Estado. 4.
Igrejinha (RS). Secretaria Municipal de Educação. I. Agliardi, Delcio An-
tônio. II. Lorensatti, Edi Jussara Cândido.

CDU 2. ed. : 374.7

Índice para o catálogo sistemático:

1. Educação de adultos	374.7
2. Currículos	37.016
3. Educação e Estado	37.014.611
4. Igrejinha (RS). Secretaria Municipal de Educação	352(816.5)

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária

Paula Fernanda Fedatto Leal – CRB 10/2291

Direitos reservados à:



EDUCA – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone / Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR: (54) 3218 2197

Home page: www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Sumário

Apresentação: Educar ao longo da vida / 7

Introdução: EJA, um direito que requisita constante reconhecimento / 11

1 A EJA NA REDE: CONCEPÇÕES E POTENCIALIDADES / 19

2 HISTÓRIA DA EJA EM IGREJINHA: DIMENSÕES POLÍTICAS E POTENCIALIDADES / 27

3 ESCOLA E CURRÍCULO / 33

 3.1 Currículo / 34

 3.1.1 Acolhimento / 36

 3.1.2 Experiências culturais / 33

 3.1.3 Alfabetização e letramento / 37

 3.1.4 Ciclos de aprendizagem / 41

 3.2 Ensino e aprendizagem / 44

 3.2.1 Expectativa de aprendizagem / 41

 3.2.2 Interdisciplinaridade / 46

 3.2.3 Avaliação / 48

 3.3 EJA: diversidade e inclusão / 52

 3.4 O educador de EJA / 52

 3.5 Tecnologias de Informação e de Comunicação e EJA / 53

4 PRINCÍPIOS POLÍTICOS, ÉTICOS E ESTÉTICOS / 55

5 PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE EJA / 57

6 ACESSO E PERMANÊNCIA NA EJA / 59

7 ÁREAS DO CONHECIMENTO / 63

REFERÊNCIAS / 87

APÊNDICE / 91

Nota dos organizadores / 93

Apresentação

EDUCAR AO LONGO DA VIDA

Luis Carlos Trombetta
Secretário Municipal de Educação de Igrejinha, RS

Educar ao longo da vida é um desafio que o cidadão e o Estado devem assumir. Esse imperativo ainda é mais forte quando se relaciona a pessoas que não tiveram um processo de formação normal durante a sua vida escolar. Existem inúmeras situações e variados contextos nos quais homens e mulheres não puderam (e ainda não podem) ter sua formação normal concretizada com êxito nos primeiros anos de sua existência.

A criação de estratégias e táticas destinadas a jovens e adultos, que não cursaram ou ainda não concluíram a sua formação na idade adequada, é um compromisso importante assumido pelo Estado brasileiro nas últimas décadas. Ao implantarmos cursos específicos destinados a esse público, pensamos que estamos dando uma interessante contribuição à sociedade brasileira e, acima de tudo, efetivando a ideia de cidadania a todos e a todas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) já possui uma interessante história em nosso país e dela que partimos para

viabilizar boas condições aos interessados na conclusão de seus estudos em nível fundamental. A realidade da EJA é bem particular na atualidade, mas é dela que precisamos partir para facultar um ensino e uma aprendizagem interessantes e com alto nível de qualidade.

A Secretaria Municipal de Educação de Igrejinha está trabalhando com afinco na concretização da EJA. Esse é um projeto político-pedagógico que visa à transformação social a partir de uma intervenção consciente deste público que participa das aulas e dos processos formativos. Tanto os professores quanto os estudantes são protagonistas e sujeitos desse processo educativo. O público que participa dos encontros que já ocorrem há diversos semestres na escola Machado de Assis já possui inúmeras vivências e é dessas que se parte para a construção das diversas aprendizagens. A palavra *mundo* e palavra *escrita* passam a conviver gradativamente no processo de alfabetização.

A leitura deste documento e a sua execução farão diferenças significativas na vida dos profissionais que atuam na EJA e muito mais na vida dos educandos que conseguem concluir os seus estudos. Esse é um processo que potencializa a equidade e a igualdade. É dele que resulta a cidadania consciente e livre presente na identidade desses agentes/sujeitos sociais.

Esperamos que a história da educação da cidade de Igrejinha-RS seja realizada com todos e todas, e que esse público da EJA possa, além de se escolarizar, construir humanização e cidadania em sua carreira profissional. Temos presente que a nossa forma de gestar os processos educativos fará diferença no ser de cada um desses protagonistas: educar com sabedoria, com empenho e com ética não será mais uma quimera, mas uma realidade encarnada em diferentes experimentos didáticos e metodológicos.

Faça uma boa leitura, e que a educação formal, a não formal e a informal sempre estejam presentes em nossa vida e nas sociedades que se dizem livres, emancipadoras e democráticas.

Introdução

EJA, UM DIREITO QUE REQUISITA CONSTANTE RECONHECIMENTO

Nilda Stecanel
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UCS

Para além de se situar no âmbito de um ordenamento jurídico, abrigado no alcance dos direitos humanos e do direito à educação, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura um campo de reflexão e de atuação política, acadêmica, pedagógica, social e cultural, pois, afora a oportunidade de escolarização àqueles que não a tiveram na idade considerada própria, está o direito de aprender e, de modo articulado com os saberes da experiência, como uma forma de qualificar e de significar os percursos de vida individuais e coletivos dos sujeitos de EJA.

A EJA está implicada em uma dinâmica social e cultural ampla que, como nos lembra Soares (2011), se desenvolve em meio a lutas, tensões, organizações, práticas e movimentos sociais desencadeados pela ação de sujeitos sociais ao longo da história. Isso decorre do fato de que a realidade social não é estática, antes pelo contrário, absorve influências de diferentes origens e interesses e sofre

deslocamentos que desafiam novos olhares, novas políticas e novas práticas, no sentido de efetivar o direito que consta no corpo da legislação.

O art. 208 da Constituição Federal de 1988, pode ser considerado um marco que redesenha as rotas da EJA no Brasil, ao considerar a educação como um direito público subjetivo, mencionando sua abrangência também àqueles que não tiveram acesso à educação regular. A partir desse referente temporal, instituído legal e juridicamente como decorrência da mobilização dos movimentos sociais e de grupos representativos no campo da educação, observa-se que muitos dispositivos legais foram construídos, promulgados e regulamentados com a finalidade de garantir o direito orientado pela lei, compondo um sistema de direitos, cujo núcleo fundante é o direito à educação. No entanto, há de ser ponderado que o fato de estar inserido no texto não é elemento suficiente para que o direito à educação seja implementado, considerando as interfaces a ele relacionadas e tendo como horizonte o exercício pleno da cidadania.

Porque um direito social básico deixa de ser cumprido – por exemplo, a escolarização obrigatória às gerações em formação, dos 4 aos 18 anos, nos níveis da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do ensino – é que emergem outros direitos. Esse é um dos contextos no qual a EJA encontra uma de suas justificativas, inicialmente, como uma política compensatória àqueles que não tiverem oportunidade de escolarização na idade própria, porém acolhendo também o direito a seguir nos percursos da educação ao longo da vida e do aprender permanente, contemplando um dos princípios difundidos por Paulo Freire ao destacar nossa condição de seres inacabados, em permanente processo de aprendizagem. Nesse âmbito, é prudente relacionar que a EJA não se restringe à sua dimensão escolar; antes pelo

contrário, envolve as múltiplas possibilidades de aprender e conviver e de modo permanente, ao longo da vida.

Assim, podemos evocar Axel Honneth (2003) e suas reflexões sobre a teoria do reconhecimento, pois, como dissemos, não basta que um direito faça parte do texto da lei, é necessário que haja luta para o seu reconhecimento, reforçando a ideia de um sistema de direitos que decorre de um direito inicialmente conquistado. Dizendo de outro modo, a partir das três etapas do reconhecimento apontadas pelo filósofo – amor, direito e estima social – os indicativos do desrespeito a uma delas, ou ao seu conjunto, desencadeiam desordenamentos que, por sua vez, propulsionam ações, no âmbito das quais insere-se a luta pelo reconhecimento do direito, visto que a garantia jurídica subscrita, na abrangência do texto da lei, não é dada a priori. Desse modo, a legitimidade do direito à EJA abarca um processo de construção, pois, para que a concretude da conquista aconteça, é necessário haver mobilização para sua manutenção e, também, formas de intervenção para que o direito conquistado seja efetivado. Não basta mencionar o direito na lei, é preciso desdobrá-lo em políticas e em práticas que contemplam a intervenção na realidade com o intuito de transformá-la.

Dito isso, convém destacar que a garantia do acesso e da permanência no interior da escola é conquista recente e muito importante para a sociedade brasileira, pois oportuniza melhores condições e maior equilíbrio nos modos de ler, interpretar e viver as relações sociais e institucionais no mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, é prudente relacionar que em face das complexidades envoltas no direito à educação e no direito a uma EJA, seria indevido contemplar esse direito de modo simplificado associando-o apenas aos anos de escolarização.

Os sujeitos de EJA – sejam eles professores, gestores e alunos, mas principalmente alunos – são pessoas que possuem elementos que os identificam de modo coletivo à geração, à etnia, ao gênero, à experiência na escola regular, à relação com o mundo do trabalho, à configuração familiar, à cultura ou, ainda, aos territórios sociais de origem, à diversidade que compõe as turmas de EJA protagonizadas no espaço da escola. Paiva (2011, p. 117) afirma que “a diversidade é o ponto de partida para pensar qualquer ação” e alerta que não se trata apenas de pensá-la, mas de vivê-la intensamente no cotidiano.

Ao mesmo tempo, os sujeitos de EJA são pessoas singulares que, embora nem sempre o explicitem, negociam suas identidades individuais nos contextos grupais, requisitando outro direito: o direito ao respeito às diferenças. Quero, com isso, situar que o respeito à diversidade é princípio inerente aos contextos de EJA, porém, isso não quer dizer que se possa prescindir da observação e do respeito às diferenças.

Nesses cenários complexos em que estão em jogo trajetórias de pessoas que em algum ponto de seus percursos conviveram com o processo de exclusão, nunca foram tão atuais as tematizações de Paulo Freire sobre o diálogo, sobre a educação dialógica, pois é a partir da ação comunicativa, de natureza dialógica, que é possível conceber e converter a experiência *na* e *da* EJA numa experiência significativa, voltada ao sentido mais estrito que o verdadeiro exercício da cidadania evoca, provoca e desafia.

Freire nos convida a pensar sobre a educação como uma forma de intervenção no mundo e, por isso, a considera como um ato político. Porque envolve dinâmicas sociais, culturais e políticas, a educação escolar é perpassada por uma lógica contraditória, dialética, pois, como intervenção, “além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal-ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de

reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento". (FREIRE, 2013, p. 96). Podemos nos inserir numa dimensão ou noutra, denunciando ou reproduzindo as injustiças e os modos de opressão, mas o que é consenso é que não podemos fazer isso de modo alienado, sem termos a consciência de nossas posições ou situações no mundo. Por isso, é verdadeiro e atual o que nos diz Freire, (p. 78), pois "a existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo". Essa afirmação nos acorda, no sentido de despertar nossa memória para o fato de que a educação crítica que acompanha as origens da EJA, preconiza a pronúncia da palavra e, ao fazê-lo, a pronúncia do mundo, numa perspectiva de denúncia, pois, não é no silêncio que homens (e mulheres) se fazem, mas nas palavras, no trabalho, na ação-reflexão.

O legado Freireano continua contribuindo, não com o intuito ou o apego à repetição, mas no que ele próprio referiu, ou seja, o da reinvenção, o da relocalização dos conceitos diante os desafios apresentados. Nesse sentido, Sales e Fischmann (2011, p. 231-237), sublinham que "a esperança pedagógica de Freire precisa de uma *práxis* que recupere o horizonte conceitual para o desenvolvimento do ensino democrático como uma utopia educacional crítica". Para isso, os autores referem a necessidade de: (a) uma escola que ensine e a ler e a escrever, possibilitando o acesso aos conteúdos socialmente relevantes em dado momento histórico, incorporando o que consideram ser um objetivo fundamental, ou seja, o desenvolvimento do senso de agência; (b) estabelecer um conjunto de meios certos para atingir resultados incertos; (c) reconhecer o papel crucial e diretivo dos educadores no processo de mudança educacional.

O direito à EJA e à luta pelo seu reconhecimento implica a consideração dos desafios que a EJA contemporânea impõe, sejam aqueles atravessados pelos processos de juvenilização das turmas, sejam aqueles que se vinculam à recuperação do tempo perdido, sejam tantos outros desafios que interceptam os espaços da EJA com as posturas reprodutoras das lógicas da escola regular ou da infantilização nos modos de ensinar e de organização curricular.

A organização curricular da EJA escolar, no contexto contemporâneo, necessita estar atenta para o que acabamos de sublinhar, sob pena de ser interpelada pelos riscos de inverter seus sentidos e de afastar seu público pelo não atendimento – ou não interpretação – das suas demandas, necessidades e expectativas. Esses riscos parecem não fazer parte dos percursos da EJA da Rede Municipal de Ensino de Igrejinha-RS, pelo menos é o que parece ecoar das concepções e potencialidades dos Referenciais Curriculares de Educação de Jovens e Adultos presentes nesse documento. Os princípios orientativos do documento, organizado de modo participativo, envolvendo professores e gestores, tendo a mediação da Universidade de Caxias do Sul, através da coordenação dos professores Delcio Antônio Agliardi e Edi Jussara Cândido Lorensatti e do apoio das professoras Cristiane Backes Welter e Cineri Fachin Moraes, testemunham um dos movimentos de luta pelo reconhecimento do direito à EJA mencionado no início deste texto.

Por fim, destaco que é o desejo local por uma EJA mais próxima às expectativas e culturas do seu público e em sintonia com os regramentos desdobrados da lei maior, que confere o direito à educação, que orienta e amplia o sistema de direitos, traduzindo em práticas locais, ao seu termo e ao seu tempo, um direito subjetivo, num movimento que transita da conquista ao reconhecimento.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

PAIVA, Jane. Educação de Jovens e Adultos em tempos de VI CONFITEA: por “uma didática da invenção”. In: SOUZA, José dos Santos; SALES, Sandra Regina (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*: políticas e práticas. Rio de Janeiro: NAU; Eduerj, 2011. p. 111-132.

SALES, Sandra Regina; FISCHMANN, Gustavo E. Espaços, sujeitos e discursos: cinco desafios para repensar a EJA desde o legado freireano. In: SOUZA, José dos Santos; SALES, Sandra Regina (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*: políticas e práticas. Rio de Janeiro: NAU; Editora: Eduerj, 2011. p. 223-237.

SOARES, Leônicio. Apresentação. In: SOARES, Leônicio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



1

A EJA na Rede: concepções e potencialidades

A escrita desse item resulta da construção coletiva que se deu no processo de elaboração do *Referencial Curricular Municipal da EJA de Igrejinha*. O texto deriva de questões formuladas sobre a educação de jovens e adultos no Município de Igrejinha. A partir da problematização, surgiram ideias que expressam o pensamento do grupo de professores de EJA, o qual foi tomado como *análise da realidade* e como projeção para as etapas seguintes. Importante é referir que essa construção se materializa no momento histórico em que o Plano Municipal de Educação (2014-2024) começa a ser executado.

A LDB/1996 define a EJA como uma modalidade da Educação Básica. Por isso, se percebe a necessidade de criar parâmetros que atendam às características específicas desse público, de tal forma que se pense na elaboração de um referencial curricular específico. Desse modo, o professor de EJA deve levar em consideração, no processo de ensino e aprendizagem, entre outros aspectos, o conhecimento, as vivências e o contexto social do educando, considerando que o estudante de EJA, ao voltar à sala de aula leva consigo saberes experienciais singulares, diversos dos sujeitos do ensino na idade própria e busca, para além dos conteúdos, o desenvolvimento pessoal e a inserção social.

Para que descobertas ocorram, é necessário que a prática tenha significado e que o professor esteja envolvido afetivamente com a turma, na perspectiva da inclusão. Nesse sentido, é importante que o estudante perceba sua contribuição como sujeito histórico¹ que começa a integrar um novo grupo social, uma vez que o ser humano necessita da convivência e aceitação do grupo com o qual vive, e o educando precisa desenvolver o sentimento de pertencimento ao novo espaço de convivência.

Os desafios do professor que atua na EJA são muitos, como o de praticar a flexibilidade em sua prática pedagógica, saber ouvir e respeitar o educando, valorizar os conhecimentos da experiência que trazem, aproveitando e valorizando sua história de vida. Entre o público de EJA, é frequente nos depararmos com educandos com baixa autoestima, o que reforça a necessidade de serem vistos e ouvidos em suas experiências singulares. Ao contextualizar essas experiências, o professor reconhece a relevância pedagógica de um ensino impregnado de significância, com possibilidade de relacionar esses conhecimentos no cotidiano, num processo significativo entre o conhecimento empírico e escolar-científico.

Nesse viés, é imprescindível que os professores considerem diferentes aportes que contribuam de forma significativa no desenvolvimento da aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo-afetivo de jovens e adultos. Assim, o “formar-se não é algo que se possa fazer à parte” (NOVOA, 2013, p. 5), mas como um processo que se confunde com a própria vida dos sujeitos em formação. É

¹ Sujeito histórico: pessoa capaz de interferir na realidade social, transformando aquilo que for necessário e mantendo o que naquele momento deve ser mantido. Ainda: o sujeito histórico tem a capacidade de interagir com diversos sistemas sociais e, consequentemente, suas ações podem interferir nas relações humanas e no meio.

preciso reconhecer a educação como direito fundamental de toda pessoa. É possibilidade prática para a efetivação dos direitos humanos, principalmente dos direitos sociais.

A legislação da EJA aqui é tomada como um arcabouço jurídico que sustenta a prerrogativa constitucional de que toda pessoa tem direito à educação, incluindo aquelas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria. Deve-se reconhecer, também, que o Estado possui uma dívida histórica com a população no quesito escolaridade. Essa dívida do Estado brasileiro, a sociedade civil tentou resolvê-la por meio da oferta de ações de movimentos sociais. Salienta-se que a EJA tem uma concepção que emerge da educação popular, em termos de alfabetização, escolarização e oferta profissional inicial, bem como a formação continuada e ao longo da vida.

Por outro lado, os novos cenários apresentam uma nova realidade de atendimento da juventude em sua grande maioria. Esses cenários exigem outra formação do professor, centrada na perspectiva da diversidade, como parte de um processo de crescimento mais totalizante, vinculada às experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Nessa perspectiva, o sujeito deve ser visto como um ser humano aberto ao mundo, um ser que possui uma historicidade, que é portador de desejos e movido por eles.

A Rede Municipal de Educação de Igrejinha implantou a modalidade EJA no momento histórico em que o direito à educação para todos começa a valer como um princípio ético e um fundamento constitucional. Nesse norte, a RME reconhece os avanços da EJA como uma modalidade da Educação Básica.

A partir do amparo da lei que garante ser a EJA uma modalidade de ensino voltada às pessoas que não tiveram acesso pelas mais variadas razões, ou não concluíram o ensino regular no período com limite de idade estabelecido, há primeiramente um grande empenho por parte da

Secretaria Municipal de Educação (SME) em fazer cumprir essa determinação legal.

A EJA no Município de Igrejinha vem, a cada ano, buscando melhorias e aperfeiçoando a estruturação e a organização do desenvolvimento do trabalho ofertado à população, de acordo com a legislação nacional vigente, voltada à política da educação. Nota-se que todo esse planejamento e a execução vêm se aprimorando e se adequando, buscando aproximar o estudante que frequenta essa modalidade às mesmas oportunidades oferecidas ao estudante sem distorções idade/série.

Os desafios, ao desenvolver o trabalho docente na modalidade EJA, manifestam-se a partir de problemas gerais na educação atualmente. No que se relaciona especificamente à Igrejinha, é um desafio fazer com que a EJA seja um instrumento a favor do processo de inclusão social. O papel do professor é fundamental, como mediador capaz de despertar o estudante como sujeito que se dê conta de seu potencial, capaz de desenvolver habilidades, afirmado suas competências adquiridas, sendo esse um cidadão protagonista de suas escolhas em nossa sociedade.

Muitos são os fatores adversos à escolarização *tardia*. A frequência dos estudantes talvez seja a de maior relevância em função de rotinas de trabalho ou necessidades financeiras. As limitações cognitivas e orgânicas, a falta de interesse pelos estudos, a dificuldade que alguns docentes encontram para intervir nos conflitos são outros, bem relevantes.

Faz-se necessário afinar e aperfeiçoar o olhar à diversidade, aprimorando práticas pedagógicas que considerem de fato, o contexto, a realidade e as necessidades de seu público; ampliar os mecanismos de participação desses jovens e adultos na escola e na cidade, proporcionando-lhes o protagonismo em seu entorno social;

vincular a EJA ao currículo profissionalizante, já no Ensino Fundamental, conforme está previsto no Plano Municipal de Educação. Proporcionar novos Cursos Preparatórios à comunidade, a partir do levantamento de necessidades, reconhecendo e qualificando a proposta “Cidade Educadora”² que preza pela educação ao longo da vida.

O desafio de uma “Cidade Educadora” é pensar a cidade como um espaço integrado: de vivência dos cidadãos, de empregabilidade, de educação, de convívio e de identidade cultural, econômica e social. Pensa-se que isso pode, perfeitamente estar no horizonte e impulsionar todos para grandes metas e conquistas. Pressupomos que a “Cidade Educadora” deva procurar o desenvolvimento estratégico e sustentável do espaço urbano, promovendo uma educação para a cidadania ativa e articulada com questões tão diversas como o urbanismo, a habitação, as acessibilidades, o envelhecimento populacional, as novas tecnologias e a aprendizagem ao longo da vida ou a participação cívica.

Ao pensar na diversidade de sujeitos, nas práticas pedagógicas, na legislação e na política pública de EJA, precisa-se pensar cada situação vinculadas às demais. É necessário um constante aprimoramento do professor, um apoio firme da orientação e da coordenação da escola, bem como planejamentos diversificados e interessantes, que façam com que o estudante se envolva nas aulas, pois um dos maiores desafios da EJA é qualificar as atividades e as dinâmicas de sala de aula, para resgatar o desejo de aprender.

Outro desafio é buscar a permanência dos professores na escola de EJA evitando a rotatividade desses profissionais, o que muitas vezes compromete os processos pedagógicos.

² Proposta Político-pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Igrejinha, inspirada no movimento internacional “Cidades Educadoras”, que reconhece a escola como um espaço comunitário, educador e de aprendizagem ao longo da vida.

Percebe-se que, quando há estabilidade no grupo de professores e da equipe, há o fortalecimento de vínculos entre os mesmos, se refletindo consideravelmente no relacionamento com os estudantes. O processo permanente de desenvolvimento profissional a que todos os educadores têm direito envolve a formação inicial e a permanente, sendo que a diferença essencial entre esses dois processos é que a formação continuada ocorre com o professor já no exercício de suas atividades". (BRASIL, 1999).

Uma parcela considerável do público que frequenta a EJA carrega um histórico de reprovação e fracasso, relativo aos anos em que frequentou o ensino regular. Muitos são oriundos de contextos socioambientais e familiares complexos que requerem cuidado e acompanhamento da rede de atenção. Para o educando da EJA, a afetividade, o envolvimento e a empatia são facilitadores do desenvolvimento cognitivo.

A modalidade EJA no Município de Igrejinha atende às determinações da Constituição Federal de 1988 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9.394/1996, que define a EJA como uma Modalidade da Educação Básica. No entanto, percebe-se a necessidade de criar parâmetros que atendam as necessidades específicas deste público local, de tal forma a se pensar na elaboração de um Referencial Curricular específico para este público.

As potencialidades, tanto políticas quanto pedagógicas, da RME do município de Igrejinha para a construção de um Referencial Curricular próprio para a EJA são diversas. Há preocupação e investimento para com a formação dos docentes, bem como a oferta de atividades que contemplem de uma maneira geral as necessidades tanto de docentes quanto discentes. O diálogo que ocorrem nas relações do grupo de professores e equipe, os quais trabalham na mesma perspectiva (falando a mesma língua), favorece um ambiente

acolhedor, organizado, tranquilo e propício a uma aprendizagem qualificada, deixando os estudantes mais seguros e confiantes na escola. Pretende-se aprimorar a qualificação do ensino por meio de uma *aprendizagem significativa*³ na construção do conhecimento, o que nos leva a investigar propostas que possam contribuir para o quadro da qualificação docente e da Educação em EJA.

Percebe-se que a história da EJA no município de Igrejinha teve importantes avanços ao longo de sua história, pois há alguns anos não havia progressão do estudante por níveis. Atualmente, o estudante é constantemente avaliado durante o processo de ensino-aprendizagem.

O referencial curricular da EJA está em consonância com o Plano Nacional e Municipal de Educação (2014-2024) onde constam as metas específicas para a Educação de Jovens e Adultos. Desta forma, faz-se necessário que o RCMEJA conte com habilidades comuns da educação básica nas diversas áreas do conhecimento e habilidades específicas coerentes com a realidade do grupo de estudantes da EJA, por exemplo: autonomia, bem-estar, qualidade de vida/saúde, relacionamento social, valorização da vida, projeto de vida, mercado de trabalho, segurança do trabalho, educação financeira, ou seja, orientá-los para cidadania.

As Diretrizes Curriculares Nacionais 2010 para EJA apresentam três funções: reparadora, equalizadora, qualificadora. Para esta proposta destacamos a função equalizadora, que se relaciona à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. Nessa linha, a EJA representa

³ Este conceito, desenvolvido por David Ausubel (2000), é entendido como o conteúdo trabalhado com potencial significativo. É aquela em que ideias expressas simbolicamente interagem de maneira substantiva e não arbitrária com aquilo que o aprendiz já sabe.

uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.



2

História da EJA em Igrejinha: dimensões políticas e culturais

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos começou a ser desenhada na rede municipal de Igrejinha em 1986, quando foi implantada a 6^a série regular no turno da noite na Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis. Nos anos seguintes, houve a implantação gradual de 7^a e 8^a séries.

Nos anos de 2001 e 2002 permaneceu a oferta de turmas de ensino regular noturno de 5^º a 8^ª séries nessa mesma escola. Em 2003 ampliou-se a oferta de escolarização noturna para uma turma de alfabetização e outra de pós alfabetização. Neste mesmo ano, em julho, ocorreu a primeira edição dos Exames de Certificação do Ensino Fundamental a nível municipal e por esse motivo, foram ofertadas aulas preparatórias para a realização dos mesmos. Nos anos de 2004 e 2005, tendo estruturado o Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos, foi ofertado uma turma de alfabetização, duas de pós alfabetização, classes preparatórios e os Exames de Certificação.

Em 2006, o município aderiu ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos – Fazendo Escola (promovido pelo Ministério da Educação conforme Resolução/ CD/ FNDE / nº 23, de 24 de

abril de 2006), além de manter o Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos, com uma turma de Alfabetização, duas turmas de Pós-Alfabetização, quatro turmas de preparação para exames de 5^a à 8^a série e ofertando os exames de certificação do ensino fundamental. Neste mesmo ano, no 2^º semestre iniciou-se a descentralização do atendimento em duas escolas municipais (Escolas Anita Garibaldi e Vila Nova, com uma turma de alfabetização e pós-alfabetização em cada uma).

Já em 2007, Igrejinha participou do Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação, conforme Resolução CD/FNDE nº22/2006, mantendo o atendimento nas Escolas Municipais Machado de Assis, Bairro Vila Nova e Anita Garibaldi.

No ano de 2008, o município não teve nenhuma turma no Programa Brasil Alfabetizado, porém aderiu ao Programa de Alfabetização Intensiva – Ação ABC Alfabetizando, promovido pelo Grupo Sinos, atendendo dois grupos de alunos: um na EMEF Machado de Assis e um na EEEF Promorar (houve cedência de uma sala). Também mantiveram-se as turmas de alfabetização e pós na EMEF Anita Garibaldi, EMEF Vila Nova e no Posto de Saúde do Bairro Morada Verde. Houve uma turma preparatória para realização dos exames de certificação do ensino fundamental na EMEF Lajeadinho.

Chegando em 2011, Igrejinha já contava com 5 turmas de alfabetização e pós-alfabetização noturnas com atendimento descentralizado nas EMEFs Bairro Moinho, Hilário Nestor Backes, Princesa Isabel, Prefeito João Darcy Rheinheimer e Machado de Assis, além de ter atendido três turmas no 1^º semestre e 4 turmas 2^º semestre na EJA PRESENCIAL da EMEF Machado de Assis. Também aconteceram quatro turmas preparatórias aos exames (nas EMEFs Bairro Moinho, Princesa Isabel, Prefeito João Darcy Rheinheimer, Machado de Assis), a criação de apostilas

(elaboradas pelo professores da rede municipal) e a oferta de quatro edições dos exames supletivos. Neste mesmo ano, foram realizados três encontros entre os alunos da EJA das EMEFs para socialização através de atividades culturais bem como três reuniões pedagógicas com todos os professores de EJA do município, coordenados pela Secretaria de Educação.

Em 2012, o município contava com seis turmas de alfabetização e pós alfabetização (nas EMEFs Bairro Moinho, Hilário Nestor Backes, Princesa Isabel, Prefeito João Darcy Rheinheimer, Anita Garibaldi, Machado de Assis), além de quatro turmas preparatórias aos exames (nas EMEFs Princesa Isabel, Prefeito João Darcy Rheinheimer, Anita Garibaldi e Machado de Assis). Foram quatro turmas de EJA Presencial ao longo do ano, tendo à disposição quatro horas de Laboratório de Aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática. Também foi disponibilizada uma profissional de apoio para um estudante que precisava deste acompanhamento e ofertada assessoria psicológica para equipe diretiva e os professores (em parceria com o CAE – Centro de Atendimento Escolar). Dentro do Projeto Tosco (livro que aborda os conflitos da adolescência), os exames supletivos foram ofertados novamente em quatro edições, aconteceram três encontros entre os alunos da EJA das EMEFs para socialização através de atividades culturais bem como quatro reuniões pedagógicas com todos os professores de EJA do município, coordenados pela Secretaria de Educação.

Nos anos de 2013 e 2014 ocorreram outras mudanças, pois iniciou-se o processo de qualificação das práticas docentes a partir da proposta de Elaboração de Projetos de Ensino com as turmas do Presencial; iniciou-se a proposta de Professor Tutor, onde cada turma tinha um professor referência que permanecia o tempo integral com os estudantes, ao mesmo tempo em que os professores de outras disciplinas desenvolviam suas aulas; aconteceu a Formação

de professores da EJA – SME/UCS; iniciou-se a descentralização da aplicação dos Exames da EJA para todas as escolas da rede municipal de ensino nos três turnos, o que ampliou significativamente o número de inscritos e aprovados; iniciou-se a oferta de janta à todos os estudantes antes das aulas bem como o lanche na hora do intervalo.

Em 2015, foram abertas duas turmas de EJA diurna (presencial) nas EMEF Vila Nova no primeiro semestre do ano, para estudantes com distorção idade e ano/série, tendo uma professora de referência para todas as disciplinas. Neste mesmo ano, foi iniciada a construção do Referencial Curricular da EJA com a participação dos professores, equipe diretiva e pedagógica, através da parceria UCS e SME; ocorreram duas edições descentralizadas da aplicação dos Exames Supletivos de Conclusão do Ensino Fundamental (em julho e novembro); começou com uma turma de Língua Portuguesa para Estrangeiros, voltada aos imigrantes haitianos residentes na cidade e foi firmada parceria com uma empresa calçadista da cidade para divulgação e matrícula dos funcionários na EJA.

Em 2016, a RME disponibiliza turmas de alfabetização e pós alfabetização, ensino fundamental na modalidade EJA e para os maiores de 18 anos, os cursos livres, com frequência optativa. Os cursos de frequência livre⁴ são promovidos através de encontros no turno da noite, com uma disciplina por noite, com ênfase na preparação para os exames de certificação do ensino fundamental.

⁴ Entende-se por curso livre a ação educativa realizada pela SME de Igrejinha com alunos matriculados em disciplinas específicas do currículo, porém sem a exigência de critérios e de regulação da Educação Básica, com ênfase na preparação para os Exames de Certificação do Ensino Fundamental.

Ao longo de 2016 houve a continuidade da construção e a conclusão do Referencial Curricular para EJA, em parceria com a UCS. Esta iniciativa afirmou-se como um importante processo de formação docente para esta modalidade de ensino bem como um marco na história da Educação de Jovens e Adultos de Igrejinha. Novamente, ocorreram duas edições descentralizadas da aplicação dos Exames Supletivos de Conclusão do Ensino Fundamental (em julho e novembro) e deu-se continuidade a turma de Língua Portuguesa para Estrangeiros, para os imigrantes haitianos.

A implantação da modalidade regular da EJA, que desde o seu início vem passando pelo processo de qualificação do trabalho, a partir da perspectiva e necessidades dos jovens. Nesta modalidade destaca-se a elaboração de projetos interdisciplinares e a presença do professor (M) tutor (referência) em cada turma. Esta proposta foi criada e pensada pela equipe de educadores da escola e implantada a partir de 2014. Outro avanço que vem se construindo é a visão perante à rede de que esta modalidade não está para corrigir ou para recuperar o tempo perdido, mas para garantir o direito à educação ao longo da vida. Para isso, a SME proporciona gradativamente melhorias e aperfeiçoamento no desenvolvimento estrutural das escolas: físico, humano e pedagógico baseando-se na legislação vigente desta modalidade de Educação; propõe formações e subsídios aos professores para que o aluno que frequenta essa modalidade tenha as mesmas oportunidades que os demais alunos da rede, sem prejuízo no processo ensino aprendizagem.

Nesse contexto, percebe-se que existem diversos avanços a serem considerados: (a) a especificidade na forma como os educandos ingressam, com turmas voltadas a cada público (alfabetização, regular e classe livre). (b) a preocupação com a história de vida do estudante no momento em que este ingressa, através de entrevistas. (c) atendimento especializado e clínico (psicopedagogia, fonoaudiologia e

psicologia); (d) os projetos que visam o ensino voltado à realidade atual do estudante (mercado de trabalho, direitos e deveres, sustentabilidade). (e) e mais precisamente neste momento a busca pela elaboração de um Referencial Curricular que atenda especificamente as necessidades desta modalidade no contexto sociocultural do município de Igrejinha.

Esses avanços são nitidamente percebidas através da diminuição dos índices de evasão escolar, na melhoria do processo de ensino aprendizagem, bem como no avanço da interação do estudante com a escola e o professor. Avanços esses que são observados também na alfabetização, uma vez que no Brasil até boa parte do século XX se constituía numa possibilidade para poucos.



3

Escola e currículo

A Escola é um espaço e tempo educativos voltada ao processo de escolarização. Tem, entre outros, compromisso com os saberes, hábitos, atitudes, conhecimentos, culturas, ideologias e valores socialmente referenciados em processo de constituição permanente de reflexão e transformação social para inclusão e melhoria da convivência humana. Ao entender a escola como espaço educativo, currículo comprehende todas as experiências vividas e promovidas neste espaço.

A concepção de currículo assumida pela SME de Igrejinha é a de um conjunto de experiências de escolarização que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, que contribuem para a construção da identidade do sujeito (MOREIRA E CANDAU, 2007). Assim, o entendimento de Currículo associa-se ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com ações educativas carregadas de intencionalidade, em busca do perfil do estudante egresso.

O paradigma curricular defendido envolve quebra de antigos paradigmas, amparados na figura de um professor centralizador do conhecimento e das ações, deslocando-se para uma postura de construção coletiva de conhecimento, na busca de resolução de problemas e de interesses pessoais e coletivos.

O Referencial Curricular Municipal está estruturado de acordo com fundamentos e princípios convergentes com a educação básica contemporânea, assim posto:

- a. Os conceitos curriculares são resultantes da história, isto é, mudam e se relativizam segundo as formações e as transformações das concepções humanas.
- b. Os diferentes contornos étnicos e culturais presentes na escola e existentes na sociedade devem ser respeitados e alvos de estudo, em um currículo voltado para a vida, solicitando consciência da diversidade existente nos processos de produção e de seleção do conhecimento escolar.
- c. Deve apresentar configurações, próprias das expectativas do tempo e do espaço em que se desenvolve, evidenciando características diferenciadas, em relação a outros períodos do desenvolvimento humano, ressaltando valores específicos de sua vida, em suas múltiplas dimensões.
- d. Deve constituir-se em espaço para a aprendizagem da solidariedade, da diminuição da desigualdade social, da promoção e acesso aos direitos e ao cumprimento dos deveres.

A EJA como modalidade da educação básica requer um referencial teórico sobre currículo.

3.1 Currículo

Não há uma única definição de currículo. Ao longo da história da educação, o termo currículo foi assumindo diferentes concepções. Etimologicamente, currículo significa, do latim, *scurrere*, que se refere a curso ou pista de corrida. As implicações dessa origem, para Goodson (1995, p.31) é que “currículo” vem sendo definido “como um curso a ser

seguido ou, mais especificamente, apresentado, sendo impossível, nesse caso, separar currículo de “conteúdo a ser apresentado para estudo”. O vínculo entre currículo e prescrição foi, pois, forjado desde muito cedo, e, com o passar do tempo, sobreviveu e fortaleceu-se.

Contrapondo, Moreira e Candau (2007) definem currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, que contribuem para a construção da identidade do sujeito. Assim, o entendimento de Currículo associa-se ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com ações educativas carregadas de intencionalidade, em busca do perfil de estudante egresso.

A elevação da EJA como uma modalidade de Educação Básica “tem como foco o sujeito que dão vida ao currículo e à escola” (DCNGB, 2013, p. 9), na articulação entre conhecimento e à cultura.

A concepção de currículo como “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes” é defendida por Moreira e Candau (2007). A cultura é vista como prática social, ou seja, como algo que, em vez de apresentar significados intrínsecos, como ocorre, por exemplo, com as manifestações artísticas, a cultura expressa significados atribuídos a partir da linguagem.

Assim currículo se vincula ao pensado como campo de produção cultural, para além das distinções entre cultura escolar e cultura da escola, do vivido e do prescrito. Trata-se de pensar o currículo como um espaço-tempo de fronteira, no qual as questões de poder escolar se vinculam com as de empoderamento sociocultural.

3.1.1 Acolhimento

A singularidade dos sujeitos da EJA está nas características das histórias de vida: trabalhadores rurais e urbanos, jovens e adultos em vulnerabilidade social, jovens com defasagem idade/ano, pessoas privadas da liberdade, entre outros. Geralmente são pessoas com trajetórias pessoais e sociais marcadas por experiências diversas, sobretudo de intermitências escolares.

No ingresso ou regresso ao processo de escolarização dessas pessoas, essas singularidades precisam ser consideradas, pois cada um pode ressignificar a sua história ou a de seu grupo, uma vez que é fortemente influenciado por seu passado, podendo influenciar, deste modo, o seu futuro ou mudar o curso de sua história. De acordo com Sales e Fischmam (2011, p. 234), “a EJA contemporânea está estruturada por relações desiguais de poder e os educadores são sujeitos com agência imersos nesses regimes de poder, que moldam a eles mesmos, aos seus estudantes e ao contexto cotidiano do ensino”.

Neste sentido, o espaço educativo da EJA é privilegiado para a convivência entre diferentes. (acrescentar parágrafo sobre a diferença).

A escola de EJA atua no contexto de acolhida da diversidade. O acolhimento é uma postura ética que implica no reconhecimento dessas pessoas, a escuta e a resolução de conflitos. As vivências de cada ser humano são manifestadas em reações diferentes em cada contexto. Ao regressar à escola ou migrar de uma modalidade a outro, o jovem e o adulto, trazem experiências de conflitos e de frustração, que muitas vezes estão invisíveis aos modos de agir e de ser na relação com a nova comunidade escolar.

Assim, a escola de EJA precisa estar atenta a este momento do estudante, no ingresso e ao longo do processo de adaptação e de convívio. Cada profissional de educação

básica é corresponsável pelo processo de adaptação e acolhimento. Esse aspecto deve ser considerado no planejamento das atividades da escola, a fim de criar um ambiente favorável com as relações interpessoais, com o saber e com o mundo. De acordo com Diesel (2003, p. 10), “sair de um espaço conhecido e seguro, dar um passo à frente e arriscar-se, tendo como companhia o desconhecido para o qual precisamos olhar, perceber, sentir, avaliar, nos leva às mais diferentes reações: permanecer no espaço seguro e protegido, seguir adiante ou desistir e voltar atrás”.

Portanto, o acolhimento é um princípio a ser considerado nas diferentes situações educativas, como nas chegadas e saídas da escola, no retorno do estudante em casos de afastamento, enfim, em todos as ocasiões nas quais ele fizer necessário, por todos os envolvidos no processo de educação escolar.

3.1.2 Experiências culturais

A concepção de currículo associada às experiências culturais possibilita o reconhecimento das experiências de vida como uma parte integrante desse. A legislação brasileira (Resolução nº 7/CEB, de 14 de dezembro de 2010, artigo 25), destaca que “os professores levarão em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos estudantes no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e às suas demandas”.

As experiências socioculturais do cotidiano dos sujeitos da EJA, que se constituem também fora dos espaços da educação escolar, se articulam com as culturas escolares, a partir do ingresso ou retorno ao processo educativo formal. Nesta perspectiva, Oliveira (2003), argumenta que:

cotidiano [...] aparece como espaço privilegiado de produção curricular, para além do previsto nas propostas oficiais. Especificamente no que diz respeito aos processos de ensino-aprendizagem, as formas criativas e particulares através das quais professoras e professores buscam o aprendizado de seus alunos avançam muito além daquilo que poderíamos captar ou compreender pela via dos textos que definem e explicam as propostas em curso. Cada forma nova de ensinar, cada conteúdo trabalhado, cada experiência particular só pode ser entendida junto ao conjunto de vida dos sujeitos em interação, sua formação e a realidade local específica, com experiências e saberes anteriores de todos, entre outros elementos da vida cotidiana. (OLIVEIRA, 2003, p. 68-69).

A concepção de currículo associada às experiências culturais possibilita o reconhecimento das experiências de vida como uma parte integrante desse. A legislação brasileira (Resolução nº 7/CEB, de 14 de dezembro de 2010, artigo 25), destaca que “os professores levarão em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos estudantes no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e às suas demandas”.

As experiências culturais na EJA estão associadas à diversidade de sujeitos, de práticas educativas e de instituições envolvidas no processo de ensino. Assim sendo, o ato de educar se associa às manifestações artístico-culturais populares. O reconhecimento dessas manifestações é princípio fundamental para o processo de humanização na EJA. Freire (1963) assume o conceito antropológico de cultura, ao afirmar que:

A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez. A cultura como resultado de seu esforço criador e recriador. O homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto. [...] descobrir-se-ia criticamente agora, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que ele, como o letrado, ambos têm um ímpeto de criação e recriação. Descobriria que tanto é cultura um boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor ou músico. Que cultura é a poesia dos poetas letRADOS do seu país, como também a poesia do seu cancioneiro popular. Que cultura são formas de comportar-se. Que cultura é toda criação humana (FREIRE, 1963, p. 17).

Para isso, torna-se necessário acolher o pressuposto antropológico de que todas as culturas, pelo fato de serem criação humana, são ao mesmo tempo produtos e produtoras de humanização em seus diferentes contextos. A diversidade, presente nas manifestações artístico-culturais, significa a multiplicidade de experiências, as quais revelam algumas características da própria complexidade humana que se efetiva na história. Desta maneira, não há porque se fazer distinção entre Cultura (com c maiúscula) e cultura popular.

3.1.3 Alfabetização e Letramento

A definição dos termos “alfabetização” e de “letramento” foram se ampliando ao longo da História da Educação. A alfabetização sempre correspondeu à ação de ensinar a ler e a escrever. Já o letramento surgiu na década de 1990 para ampliar essa definição. Surge a noção ampliada de alfabetização, a qual institui os usos e as práticas efetivas de leitura e escrita vividas na sociedade.

Alfabetizar adultos no Brasil é uma ação educativa que se vincula a diversas práticas de ensino da escrita e da leitura, desde o ensino de letras, sílabas e palavras e que usam textos de cartilhas de alfabetização, bem como às que buscam inserir os estudantes em práticas sociais de leitura e escrita. Diferentes autores dedicam estudos e pesquisas sobre a temática alfabetização e letramento. Segundo Weisz (1999), a tradição pedagógica reduziu a alfabetização ao mero aprendizado do sistema alfabetico. Essa perspectiva sofreu profunda alteração com os estudos Vygotsky (ano). Para ela há uma conexão entre o pensamento e a linguagem como originária do desenvolvimento do ser humano. Leva em conta o cotidiano e a educação escolar na interação do sujeito com os seus pares, o que oportuniza o exercício da linguagem.

A apropriação da escrita alfabetica não significa que o sujeito esteja alfabetizado. Essa apropriação é uma aprendizagem fundamental para que os indivíduos possam ler e produzir textos com autonomia, no entanto é necessário que eles consolidem as correspondências grafofônicas, ao mesmo tempo em que vivenciem atividades de leitura e produção de textos. Para Sales e Fischman (2011), um conceito de alfabetização é fundamental diante das novas demandas sociais, laborais, familiares, cada vez mais atreladas com processos da leitura e da escrita.

Letramento é a habilidade que a pessoa usa para se comunicar na língua materna para além de ler e escrever. De acordo com Soares (1998), o termo letramento é a versão para o português da palavra *literacy*, que significa o estado ou a condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever. Ou seja, são as práticas sociais que denotam a capacidade de uso da língua materna.

O termo letramento, no Brasil, não substituiu a palavra alfabetização, mas aparece associada a ela. Ainda há um alto índice de analfabetos, porém, são pessoas que

provavelmente se envolvem em práticas de leitura e escrita mediadas de pessoas que sabem ler e escrever e, nessas práticas, desenvolvem conhecimentos sobre os textos que circulam na sociedade.

Os jovens e adultos que frequentam as classes da EJA trazem consigo esses “letramentos” que precisam ser considerados. Estaria nesses “letramentos” um possível potencial da prática pedagógica na EJA.

A alfabetização representa o alicerce do processo de educação escolar e há estudos sobre a cognição humana que apontam diferenças nas formas de pensamento, entre pessoas que dominam a escrita e que passaram por vários anos de escolarização e pessoas que não o fizeram. Esses estudos apontam que “pessoas com mais tempo de escolaridade têm mais facilidade para realizar operações mentais a partir de proposições abstratas ou hipotéticas, operando com categorias que não são as organizadas pela experiência imediata” (MEC, 2001).

De acordo com Soares (1998, p. 47), “alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando”. Ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, oportuniza a construção de um ser alfabetizado e letrado.

A alfabetização com, a partir, para letramentos é fundamental para o exercício da cidadania e, portanto indispensável para todo jovem e adulto de uma sociedade letrada.

3.1.4 Ciclos de aprendizagem

Ciclos de aprendizagem é entendido como um modo de organizar o currículo da educação formal. Considerando que o artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases (1996) diz que

a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Essa tipologia tem suas origens na Reforma da Educação Primária Francesa (1989). Essa reforma buscou retomar aspectos da proposta da organização da escola em ciclos no Projeto Langevin-Wallon (1946-1947). A partir dos anos 1990, foi implantada na Suíça, na Bélgica, em Quebec (Canadá), no Brasil e em outros países. No Brasil, diferentes modalidades de ciclos foram implementadas: Ciclos de Aprendizagem, Ciclos de Formação, Regime de Progressão Continuada e outras.

Para Perrenoud (2004a), os Ciclos de Aprendizagem são espaços-tempos de formação que se configuram como uma alternativa à organização clássica da escolaridade em séries ou anos. A implantação de Ciclos de Aprendizagem em uma rede de ensino constitui-se em uma oportunidade de construir um novo tipo de escola, baseada na lógica da aprendizagem e não da mera classificação e reprovação de estudantes. Segundo Perrenoud (2004), a organização da escolaridade em Ciclos de Aprendizagem (a) implica em mudanças na organização e gestão da escola; (b) exige que os objetivos de final de ciclo sejam claramente definidos para professores e estudantes; c) pressupõe o emprego de dispositivos da pedagogia diferenciada, da avaliação formativa e o trabalho coletivo de professores; d) demanda uma formação contínua dos professores, o apoio institucional e o acompanhamento adequado “para construir novas competências” (PERRENOUD, 2004, p. 52).

A aprendizagem é entendida como um processo contínuo e os ciclos contribuem para que não haja interrupção no processo de aprendizagem. Não há “repetição”, mas progressão, porque a construção da aprendizagem é progressiva, ininterrupta e é o aprendiz que a torna significativa a partir dos percursos individuais e sociais. Essa organização possibilita de maneira mais efetiva, trabalhar com as diferenças individuais dos estudantes, assegurando a continuidade do processo educativo dentro do ciclo e na passagem de um ciclo para outro.

A ideia de progressão tem como decorrência um sistema de avaliação que prioriza o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes com a finalidade de planejar intervenções que permitam o progresso contínuo da aprendizagem. Para isso são utilizados os fundamentos da avaliação formativa e de outras concepções de avaliação (avaliação diagnóstica, dialética, emancipatória). A proposição de trabalho coletivo dos professores de um mesmo ciclo, juntamente com a equipe de gestão da escola, exige a preparação dos/as professores/as para o trabalho com classes heterogêneas. Para isso, Perrenoud (2000) diz que os professores necessitam de competências específicas, quais sejam: (1) organizar e animar situações de aprendizagem; (2). administrar a progressão das aprendizagens; (3) conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação; (4) comprometer os estudantes com sua aprendizagem e seu trabalho; (5) trabalhar em equipe; (6) participar da gestão da escola; (7) informar e inserir os pais; (8) usar novas tecnologias; (9) enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; (10) administrar sua própria formação continuada.

Para desenvolver ciclos faz-se necessário definir etapas compatíveis com as unidades de progressão das aprendizagens; levar em conta a diversificação das trajetórias dos estudantes o que leva para um planejamento mais maleável das progressões com diversas estratégias didáticas

assegurando continuidade, tendo como referência as expectativas de aprendizagem de cada ciclo.

3.2 Ensino e Aprendizagem

Ensinar e aprender no contexto da educação contemporânea de jovens e adultos, implica no reconhecimento dos direitos de aprendizagem e de desenvolvimento dos mesmos, consagrados na legislação brasileira. A palavra ensino é utilizada para designar a ação e as práticas de ensinar em diferentes níveis e modalidades do sistema educacional. O significado etimológico de ensinar, do latim *insignare*, é indicar, fazer sinal, ou apontar numa direção.

Aprendizagem é um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que se dá por intermédio do ensino e da experiência e que envolve fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Na perspectiva de Vygotsky (ano), a aprendizagem resulta da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente.

Para teóricos contemporâneos (Freire, Vasconcellos) educar é um processo dialógico, um movimento de intercâmbio constante entre professor e estudante. Segundo Freire (1987), não existe ensino sem aprendizagem, pois, no processo pedagógico, professor e estudante devem assumir seus papéis conscientemente. Não são apenas sujeitos do ensinar e do aprender, na medida em que se constituem humanos com histórias e trajetórias singulares. Portanto, no processo de ensino e aprendizagem é preciso reconhecer o Outro em toda sua totalidade, nas dimensões biológicas, sociais, culturais, afetivas, linguísticas, entre outras.

Aprendizagem para Peter Jarvis (1987, p. 164) “é a transformação da experiência em conhecimento, habilidades e atitudes”. Ele considera que a aprendizagem é maior do

que a aquisição ou criação de conhecimento, envolvendo também habilidades e atitudes. Para ele, o modo de aquisição é restritivo, bem como estudar e ensinar são formas de experiência. Por isso, a aprendizagem é vista de forma mais ampla, como a transformação da experiência.

Para Jarvis a aprendizagem é a força motriz da existência humana, por meio da qual a sua essência emerge e é educada. Dessa forma, o ser humano aprende a tornar-se pessoa. No decorrer da vida e contextualizado em seu mundo, o indivíduo passará por diversas situações e agirá de algum modo às experiências, e no núcleo desse processo não está somente o que é aprendido, mas em que o indivíduo está se transformando, que é o resultado das dimensões entre emoção, pensamento, reflexão e ação. Assim, ele defende que é pelo intermédio das experiências, das emoções e da reflexão que o indivíduo aprende, sendo esta última, essencial para o processo de aprendizagem (JARVIS, 1987).

Por isso, em especial na EJA, o ensino promove o diálogo entre o conteúdo curricular (formal) e os saberes experienciais (vivências, história, individualidade) tanto do professor quanto do estudante. Cada forma nova de ensinar, cada conteúdo trabalhado, cada experiência particular só pode ser entendida junto ao conjunto de vida dos sujeitos em interação, sua formação e a realidade local específica, com experiências e saberes anteriores de todos, entre outros elementos da vida cotidiana. (OLIVEIRA, 2003, p. 68-69).

3.2.1 Expectativa de aprendizagem

As Expectativas de Aprendizagem são definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) na perspectiva de atendimento de um princípio legal: o direito à educação com qualidade e equidade. Expressam aquilo que é essencial ao estudante conhecer ao final de cada nível ou modalidade.

De acordo com Cunha (2011, p. 3), “o princípio norteador para a definição de expectativas mínimas de aprendizagem são as necessidades básicas de Educação e de aprendizagem”. Neste sentido, os sujeitos de EJA “devem ter assegurados os conhecimentos fundamentais para a continuidade dos estudos e para a inserção em processos contínuos de universalização da cidadania”.

Os conteúdos, nesta perspectiva, são trabalhados visando alcançar os objetivos de aprendizagem expressos em expectativas amplas de conhecimento e cidadania, como elementos norteadores do processo de aprendizagem. Servem como subsídios ao trabalho docente, podendo ser utilizadas como referencial, tanto para o planejamento das aulas, quanto para o acompanhamento do trabalho pedagógico. Este tema está sendo debatido nas esferas pública e privada da educação, nas mídias e nos órgãos reguladores da educação nacional.

3.2.2 Interdisciplinaridade

O termo interdisciplinaridade é amplamente empregado na educação e possui acepção ambígua e aplicação complexa. O substantivo disciplina, segundo Coimbra (2000) procede do conceito latino de aprender, seu sentido predominante é o de conjunto de conhecimentos científicos, artísticos, linguísticos, etc., que se estruturam as áreas do conhecimento escolares. A interdisciplinaridade representa o vínculo de um saber com outro saber, ou ainda dos saberes entre si, vínculo de complementaridade em função de uma dada realidade estudada e conhecida.

A interdisciplinaridade na escola potencializa a construção do conhecimento significando as aprendizagens, pois permite articulações que vão além dos limites cognitivos próprios das disciplinas escolares, sem, no entanto recair no relativismo epistemológico. É uma proposta de superação

da fragmentação de conhecimentos e da segmentação da organização curricular disciplinar.

Na organização curricular torna-se necessário pensar sobre questões que se colocam nas diferentes disciplinas em termos da sua articulação, mobilidade e limites de suas fronteiras. As nova diretrizes curriculares da educação básica permiti à escola superar a situação limite em que se encontra face à crescente especialização e fragmentação disciplinar dos saberes.

A interdisciplinaridade está relacionada ao conceito de contextualização sócio histórico como princípio integrador do currículo. Visa proporcionar que os conhecimentos se inter-relacionem na produção de novos sem, no entanto dispensar a especificidade de cada disciplina. Interdisciplinaridade pode ser tratada como a possibilidade do diálogo de negociação entre os componentes curriculares visando um objetivo comum.

Para Paviani (2008), “o excesso da fragmentação de conhecimentos e da especialização fez com que o estudante perdesse a visão do todo. Para esse autor, “a interdisciplinaridade pode ser vista como uma teoria epistemológica ou como uma proposta metodológica. Também como uma modalidade de aplicação de conhecimentos de uma disciplina em outra” (2008, p.14). Assim, não se restringe a uma metodologia de ensino e aprendizagem, mas como um princípio para reformulação do saber, do ser e do fazer.

A EJA deve priorizar o conhecimento num viés interdisciplinar, na integração de conteúdos, levando em conta todas as práticas e conhecimentos dos estudantes de suas experiências vividas, articulando-as ao conhecimento escolar, integrando-as no promoção e na formação do cidadão.

3.2.3 Avaliação

Ao longo da História da Educação, a avaliação foi considerada como um instrumento para medir os acertos e erros dos estudante, com o objetivo de dar a eles uma nota. Foi utilizada como uma ferramenta para medida medir o nível de conhecimentos dos estudantes, mas também para controlar, classificar, ameaçar e reproduzir as desigualdades educacionais no interior da escola. Os educadores da EJA conhecem como este modelo de avaliação contribuiu para a baixa-estima dos estudantes que retornaram à escola.

Diferentes autores (HOFFMANN, 2005, 2009; VASCONCELLOS, 2007) defendem que a avaliação é uma ação indissociável do planejamento do professor e sua finalidade é a mudança. Na visão de Vasconcellos (2007, p. 53),

a avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar a tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos (VASCONCELLOS, 2007, p. 53).

Deste modo, a avaliação tem como função primeira orientar o trabalho do professor e o estudo dos estudantes. Assim compreendida, ela se faz parte do planejamento da prática educativa, quando oferece elementos para o professor. Assim, a avaliação acompanha todo o processo de ensino e aprendizagem, orientando professores e estudantes na busca de objetivos previstos. No início do processo, ela informa quem são os estudantes, que conhecimentos trazem, desejos e expectativas, curiosidades e capacidades. Durante as atividades de ensino, ela oferece os dados para que o professor possa agir na direção dos objetivos.

Na EJA, a avaliação começa na formação das turmas. A entrada de estudantes é constante e eles chegam à escola em diferentes níveis de escolaridade. A tarefa de definir qual o ciclo mais adequado exige dos professores comprometimento e capacidade para perceber qual a melhor escolha. Alguns estudantes trazem o histórico escolar. Outros não lembram em que ano ou etapa pararam. Têm ainda aqueles que nunca não foram à escola.

Para a tomada de decisão frente às questões identificadas, a escola deve buscar diferentes estratégias: realização de exames para conhecer o nível de escolaridade; entrevistas com os interessados, visando avaliar os conhecimentos considerados básicos, como de leitura, escrita e cálculos matemáticos.

De acordo com o artigo 23, § 1º da LDB/1996, “a escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos”. Quando isso ocorrer, a escola levará em conta o interesse do estudante e a oportunidade de avançar na escolarização, mesmo que tardia.

Quando da realização de avaliações formais, é importante considerar alguns critérios na elaboração dos instrumentos de avaliação. Segundo Vasconcellos (2007), os instrumentos de avaliação devem ser: (a) reflexivos, a fim de que levem o estudante a pensar, a estabelecer relações e a superar a mera repetição da informação; (b) essenciais, para que a ênfase seja dada no que é fundamental e mais significativo em relação aos tópicos estudados; (c) abrangentes, contemplando uma amostra representativa do que está sendo trabalhado, a fim de que o professor possa ter indicadores da aprendizagem do estudante; (d) contextualizados, para permitirem a construção do sentido do que está sendo solicitado; (e) claros, com linguagem o mais clara e objetiva possível, abolindo as famosas pegadinhas, pois elas mascaram o verdadeiro processo de construção feito pelo

estudante; (f) compatíveis, ao que foi trabalhado no dia-a-dia das aulas, nem mais fácil, nem mais difícil.

Existem diferentes estratégias para a realização da avaliação na EJA. A observação é o primeiro passo para perceber as dificuldades encontradas. Através do diálogo com os estudantes, o professor pode perceber como eles estão fazendo a síntese dos novos conhecimentos. Na avaliação contínua é possível perceber o que está sendo compreendido e dificuldades encontradas, como realizam as atividades propostas, o material produzido em sala de aula. A organização de um portfólio, físico ou virtual, com os materiais produzidos por eles permite verificar se os objetivos planejados estão sendo alcançados no todo ou em partes. A realização de exposições, contemplando as diversas linguagens, para a comunidade escolar pode contribuir com o estabelecimento de indicadores do avanço da aprendizagem. Por fim, a auto-avaliação é uma estratégica pedagógica muito rica para a percepção reflexiva do processo de construção da aprendizagem e da cidadania. Os resultados das aprendizagens devem ser democratizadas durante todo o processo de ensino e aprendizagem e, ao final de cada tempo dos Ciclos de Aprendizagem, a expressão de todo o processo avaliativo será disponibilizada aos estudantes e arquivada nos assentos escolares.

3.3 EJA: diversidade e inclusão

A diversidade e a inclusão na EJA são forças éticas, políticas e legais para pensar a educação como ferramenta de mudanças e de efetivação de direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) afirma que somos todos diferentes, mas também iguais em direitos e dignidade. Nesse cenário, a educação voltada para jovens e adultos, geralmente os que não estudaram na idade própria, coloca em pauta os direitos humanos, o processo de

aprendizagem escolar, o desenvolvimento integral da pessoa e a democratização do saber.

A ação educativa na EJA implica, assim, o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem singular, crítico, dinâmico e desafiador, que considere as diferentes culturas, os ritmos e os níveis de desenvolvimento dos estudantes e que promova efetivamente a inclusão social. O estabelecimento de direitos, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento precisa, para além da definição de conteúdos e objetivos de aprendizagem, tratar das condições necessárias para a garantia do acesso e da permanência dos estudantes na escola.

Ainda: demanda a realização de um trabalho referenciado nos princípios e nas práticas de inclusão social, a fim de garantir o acesso e a diversidade humana, cultural, social e econômica dos grupos historicamente excluídos. Implica compreender a educação como um alicerce indispensável para a capacidade de exercer o direito à cidadania em plenitude. De acordo com Arroyo,

a Educação de Jovens e Adultos tem de partir, para sua configuração como um campo específico, da especificidade desses tempos de vida – juventude e vida adulta – e da especificidade dos sujeitos concretos que vivenciam esses tempos. Tem de partir das formas concretas de viver seus direitos e da maneira peculiar de viver seu direito à educação, ao conhecimento, à cultura, à memória, à identidade, à formação e ao desenvolvimento pleno. (2005, p. 22).

Assim, o desafio de inclusão passa pela ação pedagógica capaz de priorizar, nos processos de formação de jovens e adultos, a valorização da diversidade e da diferença e da

vida que acontece em múltiplos espaços. É necessário efetivar uma pedagogia com as grandes matrizes formadoras que tiveram por referência a vida adulta: educação e trabalho, movimentos sociais e culturais. É fundamental que a própria vida dessas pessoas, como lembra Freire (1987), seja uma vertente formadora.

3.4 O educador de EJA

Um dos papéis da escola é criar um espaço para o desenvolvimento social do estudante e tempos adequados para implementar e aprimorar a educação de quem faz parte dela. Todos os que estão a serviço da escola precisam estar alinhados à sua proposta. No entanto, ainda, centra-se, na figura do educador, o protagonismo das mediações. É necessário repensar o papel da educação diante dos desafios que o meio social apresenta e melhorar a comunicação entre todos os segmentos da escola.

O inciso VII do art. 4º da LDB 9.394/1996 estabelece a formação específica para atuação na EJA, explicitada pelo Parecer CEB/CNE 11/2000: “Trata-se de uma formação em vista de uma relação pedagógica com sujeitos, trabalhadores ou não, com marcadas experiências vitais que não podem ser ignoradas”. Essa formação deveria contemplar não só os docentes e a equipe diretiva, mas também tutores, atendentes bibliotecários, pessoal da saúde e da alimentação, enfim, todos os que atuam na escola.

Nesse contexto, na medida em que a EJA se amplia e se consolida como um campo (CANÁRIO, 2013), uma política de formação inicial e continuada do educador de EJA torna-se imprescindível. Na perspectiva da educação como direito, é preciso considerar os sujeitos envolvidos e suas peculiaridades, que devem estar sintonizadas com cada proposta educativa.

Em razão disso, os educadores de jovens e adultos precisam (re)conhecer as suas especificidades e peculiaridades e, a partir delas, estabelecer parâmetros de atuação. Arroyo (2006) enfatiza as particularidades dos sujeitos de EJA como condição social, étnica, racial e cultural, as quais servirão de referência à construção da EJA e a conformação do perfil do seu educador. Se isso não ocorrer, os sujeitos de EJA serão vistos como estudantes com trajetórias escolares tardias. E vê-los a partir da ótica escolar é negar identidade de EJA.

3.5 Tecnologias de Informação e Comunicação e EJA

As novas Tecnológicas de Informação e Comunicação (TICs) são invenções sociais que modificam as relações na sociedade contemporânea. Diversos aspectos, como trabalho, capital e tempo, vêm sendo ressignificados e têm exercido influência mútua com a presença das chamadas TICs, o que permite afirmar que a sociedade está em rede. (CASTELLS, 1999). Nesse contexto, um conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores se desenvolve e afeta a educação.

Freire (1995), antecipando-se à explosão das TICs, defendeu o uso de computadores no processo de ensino e aprendizagem que, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítico-criativa. Todavia, depende de quem usa, a favor de que, de quem e para que. Nessa perspectiva freireana, as TICs na escola de EJA fazem sentido se associadas à arquitetura do conhecimento vinculada à cidadania.

Ler, escrever, pesquisar e estabelecer relações no mundo digital se associam ao universo das diversas aprendizagens que ampliam o repertório sociocultural em termos de empoderamento pessoal e comunitário dos sujeitos de EJA.



4

Princípios políticos, éticos e estéticos

A educação escolar, em geral, e em específico, na EJA, deve orientar-se pelos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania; do exercício de manifestações artístico-culturais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA (DCNEJA/CNE, BRASIL, 2000), preveem três funções para essa modalidade: reparadora, equalizadora e qualificadora e estabelecem os seguintes princípios norteadores de sua ação pedagógica.

A função *reparadora* visa àqueles que não tiveram acesso à continuidade de estudos nos ensinos Fundamental e Médio na idade própria (art. 37 da LDB/1996), além de “garantir o direito a uma escola de qualidade e reconhecer a igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano”. (BRASIL, 2000, p. 7).

Já a função *equalizadora* tem em vista a oferta de novas oportunidades, incentiva o sujeito a reestabelecer sua trajetória escolar e o incentivá ao mundo do trabalho e à vida sociocultural. À atualização do conhecimento ao longo da vida pode-se chamar de função *qualificadora*. “É o próprio sentido da EJA” (BRASIL, 2000, p. 11), pois permite o desenvolvimento potencial de cada um, no âmbito escolar e não escolar.

Os princípios éticos estão sustentados na EJA pela lógica dos valores considerados universais: autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito ao bem comum, tolerância e não violência, voltados à construção de um ser humano em permanente formação. Assim, será necessário valorizar as diferenças e promover a diversidade na escola.

Os princípios políticos e éticos são complementados pelos estéticos: da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artístico-culturais, valorizando as práticas existentes, as múltiplas linguagens e as atitudes interdisciplinares.



5

Princípios teórico-metodológicos de Educação de Jovens e Adultos

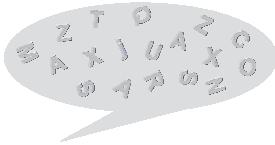
As concepções político e pedagógicas para EJA devem convergir com a proposta pedagógica da SME de Igrejinha, visto que a mesma possibilita incluir o educando em suas múltiplas dimensões sociais. Vale dizer que essa proposta leva o educando a reconstruir sua trajetória na vida social e na escolar, propiciando ao mesmo ser protagonista da construção de seus ideais e perspectivas. Também entende “que seriam necessários vários avanços na prática educacional: a diminuição da segmentação entre as diferentes áreas do saber; a busca da interdisciplinaridade; o investimento na aprendizagem coletiva; o desenvolvimento de novas competências; um novo olhar para as formas de ensinar, de aprender e de avaliar”. (RCM de Artes/Igrejinha, 2012, p.13).

No campo político, acredita-se que esse convergirá ao pedagógico. Nesse sentido, é imprescindível um trabalho que sensibilize e suscite a formação, tendo em vista os princípios políticos, éticos e estéticos já citados. Precisa-se ter em mente qual é o objetivo que se quer atingir, pensando no estudante que se tem, ou seja, na realidade, sem deixar de lado as vivências que esse estudante leva à escola. Diversas questões são colocadas para o educador

contemporâneo de EJA em consonância com a legislação vigente. De forma ampla, são questões que possibilitam refletir sobre: (a) Quem são esses sujeitos?; (b) Como se expressam no mundo?; (c) Onde estão no território brasileiro?; (d) O que fazem?; (e) Como produzem a sua existência?; (f) Quais são seus desejos e expectativas?; (g) Que projetos de vida manifestam?; (h) Como se inserem em territórios específicos?; (i) O que os faz se sentirem reconhecidos?; (j) Por que pensar sobre eles?; (l) O que tem a ver com o currículo?

Ensinar exige dedicação e respeito. O professor deve proporcionar situações que despertem reflexões acerca do já vivido para tomadas de decisão. A busca de situações de aprendizagem pertinentes e adequadas ao ensino na EJA necessita de um olhar interdisciplinar que conduza a uma maior interação entre professor-aluno e aluno e aluno de forma a qualificar o ensino, visando, com isso, à autonomia do aprendizado. Portanto, se recomenda que o ensino de EJA não reproduza o mesmo modelo de aula desenvolvido no ensino regular, que considere as condições específicas do estudante que participa dessas aulas. Para isso, o professor, ao planejar suas aulas, deve levar em conta algumas ações como: o diálogo, a flexibilidade, a utilização de métodos e técnicas participativos, os erros como oportunidades de aprendizagem e o envolvimento dos educandos.

No que concerne à questão da aprendizagem do estudante de EJA, é importante que o educador se utilize de uma metodologia em que não tome os saberes e a cultura escolar como únicas referências. Diante de uma sociedade globalizada e tecnológica, é necessário trabalhar para a humanização, que requer atenção e cuidado, pois se sabe que os educandos buscam na escola um lugar para se socializar.



6

Acesso e permanência na EJA

A matrícula na Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Igrejinha poderá se efetuar em uma das seguintes opções:

a) Curso Regular: matrícula na qual a frequência é obrigatória para estudantes com idade entre 15 e 18 anos.

Na etapa dos Anos Iniciais, cada ciclo terá uma carga horária de 270 horas distribuídas em dois tempos de 19 semanas cada um, sendo três encontros semanais de 2h30min cada, totalizando 7h30min semanais. Na etapa dos Anos Finais, cada ciclo terá a carga horária de 800 horas, distribuídas em três tempos de 19 semanas cada, totalizando 57 semanas mais uma aula. Cada encontro será de 3h30min, ofertados em quatro dias da semana, sendo que um dia da semana é destinado ao planejamento dos professores.

A avaliação ocorre durante todo o processo, sendo, portanto, formativa, diagnóstica e processual. A organização curricular se dá através de ciclos de aprendizagem, por áreas do conhecimento (e não por disciplinas) e através da metodologia de projetos. Maiores de 18 anos que não possuam escolaridade de Ensino Fundamental podem optar por frequentar essa modalidade, sem distinção dos demais quanto à avaliação, frequência e organização curricular.

Quadro 1 – Ciclos de Aprendizagem são organizados da seguinte forma:

1º CICLO – Anos Iniciais – Alfabetização

carga horária: 270 horas = 38 semanas
(2 tempos de 19 semanas)

2º CICLO – Anos Iniciais – Pós Alfabetização

carga horária: 270 horas = 38 semanas
(2 tempos de 19 semanas)

3º CICLO – Anos Finais – 6º e 7º anos

carga horária: 800 horas = 57 semanas + 1 aula
(3 tempos de 19 semanas)

4º CICLO – Anos Finais – 8º e 9º anos

carga horária: 800 horas = 57 semanas + 1 aula
(3 tempos de 19 semanas)

b) Curso Preparatório aos Exames: matrícula no turno da noite, com carga horária de 2h, quatro vezes por semana, através da qual os professores são responsáveis por organizar um roteiro de estudos junto com os estudantes com o objetivo de prepará-los para os Exames de Certificação do Ensino Fundamental ao mesmo tempo que ficam disponíveis para o esclarecimento de dúvidas em relação a conteúdos.

Considerando que essa opção visa à melhoria dos níveis de certificação escolar de maiores de 18 anos de idade que não possuam o Ensino Fundamental de escolarização, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, não é proposta dessa modalidade que a avaliação ocorra durante o processo, além do que a frequência é por livre-adesão, ou seja, sem obrigatoriedade.

Essa opção poderá ainda ofertar cursos variados de curta duração, potencializando as ações educadoras ao longo da vida *na/para* a comunidade.

c) Exames de Certificação do Ensino Fundamental: essa opção visa à melhoria dos níveis de certificação escolar de maiores de 15 anos de idade que não possuam escolaridade em nível de Ensino Fundamental, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

A certificação obtida através dos exames permite não só a valorização pessoal, social e profissional, mas também o prosseguimento de estudos/formação. Ocorre, no mínimo, uma edição anual ou conforme a demanda observada. A EMEF Machado de Assis é a unidade da rede atualmente credenciada para a realização do processo, desde a inscrição, a aplicação dos exames no turno da noite, até a expedição da documentação. Porém, a aplicação ocorre também nas demais escolas municipais de Igrejinha, de forma descentralizada, no próprio turno que os estudantes frequentam.

A realização dos exames obedece ao disposto no art. 38 da Lei 9.394/1996: “Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.”

Contempla também a Resolução CNE/CEB 01/2000 e o Parecer CNE/CEB 11/2000, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, na Resolução CNE/CEB 3/2010 e Parecer CNE/CEB 6/2010 que “institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos”, a Resolução 07/2010/CEB/CNE, que define os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental e as Resoluções CME/I 01/2003 e CME/I 02/2003 que estabelecem normas complementares no Sistema Municipal de Ensino.

d) Cursos Livres: tendo em vista a função qualificadora da EJA e que a comunidade local, através dos agentes políticos, concede a *cidade educadora*, nessa perspectiva, a SME propõe cursos livres, que são um elo de educação entre os saberes escolares e os não escolares, na direção do currículo vivido. São cursos que estão em conexão com o mundo do trabalho, da cidadania e das artes. Nesse sentido, são aportes para a “criação de uma sociedade educada para o universalismo, solidariedade, igualdade e diversidade” (BRASIL, 2000, p. 11), ao oportunizar tempos e espaços educativos que contribuem para a educação permanente. Isso posto, efetiva o pensamento contido no Relatório Delors (1996, p. 89), que “uma educação permanente, realmente dirigida às necessidades da sociedades modernas não podem continuar a definir-se em relação a um período particular de vida”, ou seja, ao período escolar. Os cursos livres serão disponibilizados tanto para estudantes maiores de 15 anos matriculados na escola (desde que a frequência no curso livre não interfira em outros horários em que frequenta as aulas) e à comunidade em geral.



7

Áreas do conhecimento

No Município de Igrejinha, a EJA está organizada em Ciclos de Aprendizagem e áreas do conhecimento, conforme segue:

1º CICLO DE APRENDIZAGEM – ALFABETIZAÇÃO

Área de conhecimento: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias – abrange Língua portuguesa, língua estrangeira, arte e educação física.

Objetivos da área de conhecimento:

- Criar condições para que o aluno desenvolva sua competência comunicativa e discursiva.
- Utilizar a língua de modo variado e adequado ao contexto, às diferentes situações sociais.
- Ampliar seus recursos expressivos, seu domínio da língua padrão em suas modalidades oral e escrita.
- Proporcionar e promover o contato com diferentes manifestações artísticas, através das várias linguagens, para que possa compreender a diversidade cultural.
- Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os colegas e professor, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros.

Expectativas de aprendizagem:

- Conhecer, apreciar e desfrutar do domínio e controle do corpo no espaço, com ou sem elementos.
- Conhecer obras de arte de diferentes linguagens, como: teatro, dança, artes visuais e música.
- Compartilhar, reconhecer e considerar diferentes práticas culturais de leitura e escrita tanto na comunidade escolar quanto em outros espaços de cultura.
- Ler e interpretar textos podendo antecipar a informação.
- Posicionar-se criticamente diante de um texto lido.
- Reconhecer a finalidade do texto e dos diferentes gêneros textuais.
- Reconhecer o princípio alfabético.
- Distinguir entre os símbolos da escrita alfabética e outros grafismos.
- Reconhecer a segmentação da escrita (espaços, parágrafos, versos, estrofes, final de frase).
- Reconhecer e nomear as letras do alfabeto.
- Estabelecer a relação grafema-fonema da escrita.
- Reconhecer e diferenciar letra, sílaba, palavra.
- Identificar relações entre oralidade e escrita, entendendo que fala e escrita estão em Fonética: letra, sons e consoantes.
- Compreender o funcionamento do alfabeto, memorizar convenções letra-som, reconhecendo que a escrita alfabética é uma invenção social.

Área de conhecimento: Matemática e suas Tecnologias

Objetivos da área de conhecimento:

- 1º: Fazer uso da matemática em situações de seu cotidiano, em seu meio e nas suas necessidades.
- 2º: Dominar conceitos e procedimentos da matemática necessários a sua vida pessoal, social e profissional.
- 3º: Proporcionar o contato com a matemática de forma a reconhecê-la no seu cotidiano e saber sua importância.

Expectativas de aprendizagem:

- Solucionar problemas e resolver cálculos que envolvam as quatro operações.
- Conhecer, utilizar e realizar troco em situações-problema e cálculos com o sistema monetário brasileiro.
- Conhecer números cardinais, ordinais e romanos.
- Reconhecer o valor social das unidades de medidas padronizadas e utilizá-las.
- Trabalhar unidades, dezena, centena e milhar.
- Utilizar os números pares e ímpares, sabendo distingui-los.
- Promover cálculo mental e estimativo.
- Familiarizar-se com formas geométricas simples.
- Agrupar quantidades conforme as regras do sistema de numeração decimal.
- Ler tabelas e gráficos.

Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias – abrange história, geografia e ensino religioso.

Objetivos da área de conhecimento:

1º: Promover situações que levem o aluno a identificar fatos importantes através de pesquisas e registros que ajudem a se constituir como um indivíduo importante no grupo em que vive.

2º: Possibilitar ao estudante identificar a localização do espaço local ao global, observando e registrando os costumes, valores e tradições que fazem parte da identidade de um lugar.

3º: Possibilitar que conheça as diversidades religiosas existentes e valorizar os aspectos positivos de cada crença, respeitando a diversidade.

Expectativas de aprendizagem:

- Identificar e comparar fatos, eventos e acontecimentos.
- Refletir sobre processos históricos e identificar semelhanças e diferenças, analisando transformações e permanências.
- Ler signos que compõem o espaço e fazer relações do local para o global e vice-versa.
- Desenvolver hábitos e atitudes de cuidado e respeito para com o próprio corpo e para com o meio em que vive.
- Conhecer as diversidades religiosas existentes.
- Respeitar as diversas manifestações religiosas e conviver harmoniosamente com o que é incomum.

Área de conhecimento: Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Objetivos da área de conhecimento:

- 1º: Possibilitar ao estudante reconhecer-se como parte integrante do ambiente e que ações podem melhorá-lo.
- 2º: Conhecer elementos naturais.
- 3º: Conhecer o corpo humano e identificar fatores que interferem na saúde, buscando a prevenção dos mesmos.

Expectativas de aprendizagem:

- Compreender a importância da preservação da água, do ar e do solo, entendendo como forma de sobrevivência humana.
- Conhecer as partes da planta e sua importância.
- Reconhecer a importância da alimentação saudável.
- Conhecer as formas de energia.
- Conhecer o caminho do lixo e dos materiais que podem ser recicláveis.

- Aprender sobre a cadeia alimentar.
- Conhecer normas de segurança do trabalho..
- Conhecer os primeiros-socorros.
- Respeitar o corpo evitando drogas: como o hábito de beber e fumar e as doenças causadas pelas drogas.

2º CICLO DE APRENDIZAGEM – PÓS-ALFABETIZAÇÃO

Área de conhecimento: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias – abrange língua portuguesa, língua estrangeira, arte e educação física.

Objetivos das áreas de conhecimento:

- Criar condições para que o aluno desenvolva sua competência comunicativa e discursiva.
- Utilizar a língua de modo variado e adequado ao contexto, às diferentes situações sociais.
- Ampliar seus recursos expressivos, seu domínio da língua padrão em suas modalidades oral e escrita.
- Proporcionar e promover o contato com diferentes manifestações artísticas, através das várias linguagens, para que possa compreender a diversidade cultural.
- Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os colegas e o professor, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros.

Expectativas de aprendizagem:

- Conhecer, apreciar e desfrutar do domínio e controle do corpo no espaço, com ou sem elementos.
- Conhecer obras de arte de diferentes linguagens, como: teatro, dança, artes visuais e música.
- Compartilhar, reconhecer e considerar diferentes práticas culturais de leitura e escrita tanto na comunidade escolar quanto em outros espaços de cultura.
- Ler e interpretar textos podendo antecipar a informação.
- Posicionar-se criticamente diante de um texto lido.
- Reconhecer a finalidade do texto e dos diferentes gêneros textuais.
- Reconhecer a segmentação da escrita (espaços, parágrafos, versos, estrofes, final de frase).
- Produzir textos variados conforme o gênero estudado. Pesquisar e identificar informações relevantes ao seu estudo.
- Reconhecer classes de palavras e o uso das mesmas.
- Relatar histórias ouvidas, casos, poemas e reproduzir oralmente textos diversos (informativos publicitários e poéticos, etc.).

Área de conhecimento: Matemática e suas Tecnologias

Objetivos da área de conhecimento:

1º: Fazer uso da matemática em situações de seu cotidiano, em seu meio e nas suas necessidades.

2º : Dominar conceitos e procedimentos da matemática necessários à sua vida pessoal, social e profissional.

3º : Proporcionar o contato com a matemática de forma a reconhecê-la no seu cotidiano e saber sua importância.

Expectativas de aprendizagem:

- Solucionar problemas e resolver cálculos que envolvam as quatro operações e operações inversas.
- Conhecer, utilizar e realizar troco em situações-problema e cálculos com o sistema monetário brasileiro.
- Conhecer números cardinais, ordinais e romanos.
- Conhecer unidades, dezena, centena e milhar.
- Utilizar os números pares e ímpares, sabendo distingui-los.
- Promover cálculo mental e estimativo.
- Familiarizar-se com formas geométricas planas e espaciais identificando arestas, faces e vértices de formas geométricas sólidas.
- Agrupar quantidades conforme as regras do sistema de numeração decimal.
- Ler tabelas e gráficos.
- Compreender a ideia de fração e relacionar às suas diferentes representações.
- Resolver problemas de raciocínio lógico.
- Reconhecer, ler, interpretar, relacionar e estimar medidas de tempo, de comprimento, de capacidade, de temperatura e de massa e reconhecer situações do cotidiano em que são utilizados.
- Compreender o significado do perímetro e da área de um polígono.
- Coletar, apresentar e analisar dados, construindo e interpretando tabelas e gráficos.

Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias – abrange história, geografia e ensino religioso.

Objetivos da área de conhecimento:

1º: Promover ao estudante situações que o levem a identificar fatos importantes de sua origem e formação familiar, através de pesquisas e registros que ajudem a se constituir como um indivíduo importante no grupo em que vive.

2º: Possibilitar ao estudante identificar e localizar os lugares que lhe são familiares e que fazem parte de sua vida diária.

3º: Observar e registrar os costumes, os valores e as tradições que fazem parte da identidade de um lugar.

Expectativas de aprendizagem:

- Identificar e comparar fatos, eventos e acontecimentos.
- Refletir sobre processos históricos e identificar semelhanças e diferenças, analisando transformações e permanências.
- Ler signos que compõem o espaço e fazer relações do local para o global e vice-versa.
- Desenvolver hábitos e atitudes de cuidado e respeito para com o próprio corpo e para com o meio em que vive.
- Conhecer as diversidades religiosas existentes.
- Respeitar as diversas manifestações religiosas e conviver harmoniosamente com o que é incomum.

Área de conhecimento: Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Objetivos da área de conhecimento:

1º: Possibilitar ao estudante reconhecer-se como parte integrante do ambiente e que ações podem melhorá-lo.

2º: Conhecer elementos naturais.

3º: Conhecer o corpo humano e identificar fatores que interferem na saúde, buscando a prevenção dos mesmos.

Expectativas de aprendizagem:

- Conhecer sobre o nosso universo e o nosso planeta, tendo noções do movimento de translação e a força da gravidade.
- Compreender a importância da preservação da água, do ar e do solo, entendendo como forma de sobrevivência humana.
- Conhecer as partes da planta e sua importância. Reconhecer a importância da alimentação saudável.
- Localizar no corpo humano os seus órgãos, o sistema muscular, o sistema esquelético, o sistema digestivo e o sistema nervoso, os agentes causadores de doenças.
- Conhecer as formas de energia.
- Conhecer o caminho do lixo e dos materiais que podem ser recicláveis.
- Aprender sobre a cadeia alimentar.
- Conhecer normas de segurança do trabalho. • Conhecer os primeiros-socorros.
- Respeitar o corpo evitando drogas: como o hábito de beber e fumar e as doenças causadas pelas drogas.

Área de conhecimento: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias – abrange língua portuguesa, língua estrangeira, arte e educação física.

Objetivos da área de conhecimento:

1º: Construir, produzir e compartilhar sentidos através das diferentes linguagens.

2º: Produzir conhecimento de si, de sua cultura e do mundo em que vive.

3º: Ampliar o contato do aluno com diferentes e variadas manifestações de linguagem, tendo em vista o respeito à diversidade, à busca por formas próprias e autorais de expressão, a atuação nas práticas sociais e uma reflexão crítica sobre suas subjetividades e seu papel no momento histórico em que vive e atua.

Expectativas de aprendizagem:

- Ler e apreender o texto como um todo, para dele retirar as informações solicitadas através da leitura e interpretação de textos.
- Reconhecer a utilização de elementos gráficos (não verbais), como pontuação e outras notações, como apoio na construção do sentido e da interpretação de textos que utilizam linguagem verbal e não verbal, reconhecendo a segmentação da escrita (espaços, parágrafos, versos, estrofes, final de frase) por meio das notações léxicas.
- Usar estratégias apropriadas para produzir textos de diferentes gêneros, aceitando a realização de alguns ajustes no texto e fazê-los como parte do processo de

produção textual utilizando a produção textual, oral e escrita, e a reescrita de textos.

- Conhecer as formas e características de jogos motores populares e tradicionais vinculados a grupos sociais do lugar onde vivem e de outras realidades, através da prática de jogos motores, jogos populares e jogos tradicionais vinculados aos grupos sociais.

- Principais regras, habilidades e estratégias básicas implicadas na realização dos jogos motores;

Conhecer, apreciar e desfrutar das práticas corporais sistematizadas, utilizando-se de práticas corporais sistematizadas nos fundamentos dos esportes;

- Diferenciar os tipos de práticas corporais realizadas na natureza, sua origem, indumentária, instrumentos, principais regras, habilidades e estratégias básicas de diferentes práticas corporais realizadas na natureza;

- Reconhecer as práticas de lazer como uma necessidade básica do ser humano e um direito do cidadão em condições adequadas, através da prática de atividades de lazer.

- Articular a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão utilizando-se das diferentes linguagens.

- Apreciar produtos de arte, em suas várias linguagens, de forma a desenvolver significados interpretativos.

- Abordar a leitura de imagens, movimentos e sons de forma contextualizada, percebendo relações entre diversos tipos de produção artística e suas condições de produção.

- Identificar relações entre oralidade e escrita, entendendo que fala e escrita estão em sistemas diferentes.

- Apreender o texto como um todo, para dele retirar as informações solicitadas.
- Reconhecer palavras e expressões ouvidas, compreendendo seu sentido e significado.

Área de conhecimento: Matemática e suas Tecnologias

Objetivos da área de conhecimento:

- 1º: Utilizar as diferentes linguagens e representações em matemática, articulando-as.
- 2º: Identificar em dada situação-problema, as informações ou variáveis relevantes e organizar dados, elaborando possíveis estratégias para resolvê-la.
- 3º: Compreender a responsabilidade social associada à aquisição e ao uso do conhecimento matemático, utilizando-o no exercício da cidadania.

Expectativas de aprendizagem:

- Ler, interpretar tabelas, gráficos, esquemas, diagramas, árvores de possibilidades, fórmulas, equações de primeiro grau e representações numéricas ou geométricas.
- Traduzir uma situação dada na linguagem coloquial para uma tabela, um esquema, um gráfico, uma equação, uma fórmula.
- Transformar, relacionar e traduzir adequadamente valores e unidades básicas apresentados sob diferentes formas, como: decimais em frações ou potências de dez, litros em metros cúbicos, quilômetros em metros, gramas em quilogramas.

- Reconhecer as informações relevantes numa situação problema apresentadas tanto em textos como em forma de tabelas, gráficos.
- Compreender e identificar no seu cotidiano, ou seja, no ambiente em que vive os diferentes ângulos.
- Perseverar na busca de um resultado e decidir sobre a sua razoabilidade.
- Identificar a matemática como importante recurso para a construção de argumentação.
- Usar semelhança de figuras.
- Utilizar conhecimentos matemáticos, como porcentagem e juros em defesa dos direitos individuais como a aquisição e venda de bens à vista ou a prazo.
- Aplicar eticamente os conhecimentos matemáticos em defesa e no planejamento de situações-problema da coletividade como nos problemas de abastecimento, educação, saúde, transporte coletivo.
- Saber discutir com os outros, comunicando descobertas e ideias matemáticas, tendo segurança na defesa de seus argumentos e flexibilidade para modificá-los.

Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias – abrange história, geografia e ensino religioso.

Objetivos da área de conhecimento:

1º: Perceber a contextualização sócio-histórico-cultural dos acontecimentos que estuda, assim como desenvolver a identificação de fatos, mapas históricos, contextos sociais e processos históricos, analisando semelhanças e diferenças, transformações e permanências no tempo.

2º: Desenvolver a leitura local e global e vice-versa, diante disso, perceber a realidade de uma maneira mais integrada e significativa na constituição de sua individualidade como sujeito ativo na sociedade, assim como estimular novas percepções do espaço vivido e compreender seus significados (impactos ambientais, transformações dos espaços em diferentes tempos). Nesse contexto, aprender a trabalhar com signos que expressam significados, que permitem, por sua vez, a leitura cartográfica e a confecção de maquetes e croquis para representar determinada realidade.

3º: Possibilitar ao aluno o reconhecimento da complexidade e da diversidade religiosa existente na sociedade contemporânea; nesse sentido, considerar a relevância das ações, fortalecendo a importância do respeito, da tolerância e do diálogo para uma boa convivência em sociedade.

Expectativas de aprendizagem:

- Identificar e comparar fatos, eventos e acontecimentos.
- Refletir sobre processos históricos.
- Identificar semelhanças e diferenças.
- Compreender contextos.
- Produzir narrativas históricas.
- Analisar transformações e permanências.
- Interpretar diferentes fontes históricas.
- Representar fatos históricos através de diferentes linguagens.
- Ler signos que compõem o espaço através de mapas, globos, gráficos, figuras, etc.

- Produzir textos contextualizados no tempo e no espaço.
- Interpretar e analisar diferentes elementos.
- Transpor eventos que compõem o espaço em diferentes escalas.
- Argumentar em diferentes situações, propondo melhorias.
- Fazer relações do local para o global e vice-versa.
- Compreender a importância e a função dos valores das tradições religiosas no destino da humanidade.
- Identificar a influência do sistema de valores e das ideologias religiosas nas estruturas sociais.
- Fazer relações entre as exigências e as qualidades éticas do procedimento humano na perspectiva das tradições religiosas.
- Valorizar e usar o diálogo para resolução de conflitos e tomar decisões coletivas.

Área de conhecimento: Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Objetivos da área de conhecimento:

1º: Reconhecer as ciências da natureza como o estudo de todos os componentes vivos e não vivos do planeta Terra, a relação entre eles e com o meio, com o universo que o cerca e com a ação das leis da natureza que os regem.

2º: Associar as aprendizagens em ciências da natureza com o cotidiano, reconhecendo que as ciências da natureza estão implícitas em todos os mecanismos do Planeta e seus ciclos, com as ações diárias em relação

ao meio ambiente e às mudanças que o ser humano causa nesse meio.

3º: Associar os conhecimentos sobre os diferentes reinos de vida com a ordem evolutiva de sua origem, valorizando a simplicidade e a complexidade dos organismos e a importância da diversidade biológica na ecologia do Planeta.

Expectativas de aprendizagem:

- Reconhecer o planeta Terra como nossa casa e compreender a constituição geológica da Terra, suas camadas.
- Reconhecer os componentes dos ecossistemas e suas relações.
- Reconhecer a importância da água e do seu ciclo sobre a vida no Planeta.
- Ler e interpretar cadeias e teias alimentares reconhecendo a importância de seu equilíbrio;
- Conhecer a origem e a evolução dos seres vivos no Planeta identificando novidades evolutivas na passagem de organismos simples a complexos.
- Conhecer as categorias de classificação dos seres vivos conforme sua evolução e complexidade.
- Classificar e identificar integrantes pertencentes a cada reino de vida.
- Reconhecer as características de cada grupo de seres vivos distintos e a interação desses entre si e com o meio.
- Reconhecer a relação, a importância ecológica, a econômica e a médica de diferentes grupos de seres vivos com o ser humano.
- Conhecer o sistema solar e seus corpos celestes integrantes, bem como suas características.

Área de conhecimento: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias – abrange língua portuguesa, língua estrangeira, arte e educação física.

Objetivos das áreas de conhecimento:

1º: Construir, produzir e compartilhar sentidos através das diferentes linguagens.

2º: Produzir conhecimento de si, de sua cultura e do mundo em que vive.

3º: Ampliar o contato do aluno com diferentes e variadas manifestações de linguagem, tendo em vista o respeito à diversidade, à busca por formas próprias e autorais de expressão, a atuação nas práticas sociais e uma reflexão crítica sobre suas subjetividades e seu papel no momento histórico em que vive e atua.

Expectativas de aprendizagem:

- Ler e apreender o texto como um todo, para dele retirar as informações solicitadas através da leitura e interpretação de texto.
- Reconhecer a utilização de elementos gráficos (não verbais), como pontuação e outras notações, como apoio na construção do sentido e da interpretação de textos que utilizam linguagem verbal e não verbal, reconhecendo a segmentação da escrita (espaços, parágrafos, versos, estrofes, final de frase) por meio das notações léxicas.
- Usar estratégias apropriadas para produzir textos de diferentes gêneros, aceitando a realização de alguns ajustes no texto e fazê-los como parte do processo de

produção textual utilizando a produção textual, oral e escrita, e a reescrita de textos.

- Conhecer as formas e características de jogos motores populares e tradicionais vinculados a grupos sociais do lugar onde vivem e de outras realidades, através da prática de jogos motores, jogos populares e jogos tradicionais vinculados a grupos sociais.
- Principais regras, habilidades e estratégias básicas implicadas na realização de jogos motores.
- Conhecer, apreciar e desfrutar das práticas corporais sistematizadas, utilizando-se de práticas corporais sistematizadas nos fundamentos dos esportes.
- Diferenciar os tipos de práticas corporais realizadas na natureza, sua origem, indumentárias, instrumentos, principais regras, habilidades e estratégias básicas de diferentes práticas corporais realizadas na natureza;
- Reconhecer as práticas de lazer como uma necessidade básica do ser humano e um direito do cidadão em condições adequadas, através da prática de atividades de lazer.
- Articular a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão utilizando-se das diferentes linguagens.
- Apreciar produtos de arte, em suas várias linguagens, de forma a desenvolver significados interpretativos.

Abordar a leitura de imagens, movimentos e sons de forma contextualizada, percebendo relações entre diversos tipos de produção artística e suas condições de produção.

- Identificar relações entre oralidade e escrita, entendendo que fala e escrita estão em sistemas diferentes.

- Apreender o texto como um todo, para dele retirar as informações solicitadas.
- Reconhecer palavras e expressões ouvidas, compreendendo seu sentido e significado.

Área de conhecimento: Matemática e suas Tecnologias

Objetivos da área de conhecimento:

- 1º: Utilizar as diferentes linguagens e representações em matemática, articulando-as.
- 2º: Identificar, em dada situação-problema, as informações ou variáveis relevantes e organizar dados, elaborando possíveis estratégias para resolvê-la.
- 3º: Compreender a responsabilidade social associada à aquisição e ao uso do conhecimento matemático, utilizando-o no exercício da cidadania.

Expectativas de aprendizagem:

- Ler, interpretar tabelas, gráficos, esquemas, diagramas, árvores de possibilidades, fórmulas, equações de primeiro e segundo graus e representações numéricas ou geométricas.
- Traduzir uma situação dada na linguagem coloquial para uma tabela, um esquema, um gráfico, uma equação, uma fórmula.
- Transformar, relacionar e traduzir adequadamente valores e unidades básicas apresentados sob diferentes formas como: decimais em frações ou potências de dez, litros em metros cúbicos, quilômetros em metros, gramas em quilogramas.

- Reconhecer as informações relevantes numa situação-problema, apresentadas tanto em textos como em forma de tabelas, gráficos.
- Compreender e identificar, no seu cotidiano, ou seja, no ambiente em que vive, os diferentes ângulos.
- Perseverar na busca de um resultado e decidir sobre a sua razoabilidade.
- Identificar a matemática como importante recurso para a construção de argumentação.
- Usar semelhança de figuras.
- Fazer uso de relações trigonométricas.
- Fazer uso das relações do Teorema de Pitágoras e Teorema de Tales.
- Utilizar conhecimentos matemáticos, como porcentagem e juros em defesa dos direitos individuais como a aquisição e venda de bens à vista ou a prazo.
- Aplicar eticamente os conhecimentos matemáticos em defesa e no planejamento de situações-problema da coletividade como nos problemas de abastecimento, educação, saúde, transporte coletivo.
- Saber discutir com os outros, comunicando descobertas e ideias matemáticas, tendo segurança na defesa de seus argumentos e flexibilidade para modificá-los.

Área de conhecimento: Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias – abrange história, geografia e ensino religioso.

Objetivos das áreas de conhecimento:

1º: Perceber a contextualização sócio-histórico-cultural dos acontecimentos que estuda, assim como, desenvolver a identificação de fatos, mapas históricos,

contextos sociais e processos históricos, analisando semelhanças e diferenças, transformações e permanências no tempo.

2º: Desenvolver a leitura local e global e vice-versa; diante disso, perceber a realidade de maneira mais integrada e significativa na constituição de sua individualidade como sujeito ativo na sociedade, assim como, estimular novas percepções do espaço vivido e compreender seus significados (impactos ambientais, transformação dos espaços em diferentes tempos). Nesse contexto, aprender a trabalhar com sinais que expressam significados, que permitem, por sua vez, a leitura cartográfica e a confecção de maquetes e croquis para representar determinada realidade.

3º: Possibilitar ao aluno o reconhecimento da complexidade e da diversidade religiosas existentes na sociedade contemporânea; nesse sentido, considerar a relevância das ações, fortalecendo a importância do respeito, da tolerância e do diálogo para uma boa convivência em sociedade.

Expectativas de aprendizagem:

- Identificar e comparar fatos, eventos e acontecimentos.
- Refletir sobre processos históricos.
- Identificar semelhanças e diferenças.
- Compreender contextos.
- Produzir narrativas históricas.
- Analisar transformações e permanências.
- Interpretar diferentes fontes históricas.
- Representar fatos históricos através de diferentes linguagens.

- Ler signos que compõem o espaço através de mapas, globos, gráficos, figuras, etc.
- Produzir textos contextualizados no tempo e no espaço.
- Interpretar e analisar diferentes elementos.
- Transpor eventos que compõem o espaço em diferentes escalas.
- Argumentar diante diferentes situações, propondo melhorias.
- Fazer relações do local para o global e vice-versa.
- Compreender a importância e a função dos valores das tradições religiosas no destino da humanidade.
- Identificar a influência do sistema de valores e das ideologias religiosas nas estruturas sociais.
- Fazer relações entre as exigências e as qualidades éticas do procedimento humano na perspectiva das tradições religiosas.
- Valorizar e usar o diálogo para resolução de conflitos e tomar decisões coletivas.

Área de conhecimento: Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Objetivos da área de conhecimento:

1º: Relacionar estruturas anatômicas dos diversos organismos com seu funcionamento buscando a prevenção de doenças e o reconhecimento da importância de hábitos que levem à conservação de sua saúde e bem-estar.

2º: Reconhecer a importância da integração dos sistemas do corpo humano com a mente e com o meio,

buscando equilíbrio desde suas funções vitais até as relações diretas e indiretas com os componentes da natureza.

3º: Conhecer as naturezas física e química da matéria e suas leis, bem como a integração dessas com o nosso planeta, nosso mundo e o universo, reconhecendo a ligação direta destas com nossa vida e nosso dia a dia.

Expectativas de aprendizagem:

- Identificar as estruturas e a anatomia dos diferentes sistemas do corpo humano.
- Reconhecer as funções e relações dos diferentes sistemas do corpo humano entre si e com outros sistemas.
- Reconhecer os nutrientes para o corpo humano e suas funções no mesmo.
- Conhecer a importância dos bons hábitos alimentares e grupos de alimentos saudáveis necessários à saúde e ao equilíbrio do organismo humano.
- Conhecer os danos e prejuízos que maus hábitos alimentares e alimentos não saudáveis podem trazer à saúde e ao funcionamento do corpo humano.
- Reconhecer as patologias que acometem o corpo humano, suas causas e prevenções.
- Conhecer as propriedades físicas e químicas da matéria e suas aplicações em nosso dia a dia.
- Diferenciar matéria de energia aplicando exemplos de nosso dia a dia.- Identificar os elementos químicos componentes de nosso universo e reconhecer algumas de suas características e propriedades.
- Reconhecer a interferência e a importância que têm as ações e atividades humanas sobre o equilíbrio da natureza, do Planeta e de seus integrantes.

Referências

AUSUBEL, Davi. *Aquisição e retenção de conhecimentos*. Lisboa: Plátano, 2000.

ARROYO, Miguel. Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES, Leônio José Gomes (Org.). *Formação de educadores de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 17-32.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referenciais para a Formação de Professores*. Brasília, SEF, 1999.

BRASIL. *Educação para jovens e adultos: Ensino Fundamental: proposta curricular – 1º segmento./Coord. e texto final de Vera Maria Masagão Ribeiro*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. MEC; Brasília: 2000.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. MEC; Brasília: 2010.

BRASIL. *Resolução 07/CEB*, de 14 de dezembro de 2010. MEC; Brasília: 2010.

BRASIL. MEC. *Plano Nacional de Educação (2014-2024)*. Brasília: 2014.

BRASIL. UNESCO/MEC. *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a educação para o século XXI*. Brasília: Cortez, 1996.

CANÁRIO, Rui. *Educação de adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa, 2013.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: PHILIPPI Júnior A.; TUCCI, C. E. M.;

HOGAN, D. J. NAVEGANTES, R. *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus, 2000.

CUNHA, Célio. Expectativas de educação e de aprendizagem. In: CONGRESSO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO: UMA AGENDA URGENTE, 211, Brasília. Anais, Brasília. Todos pela Educação, 2011.

DIESEL, Marlete. *Adaptação escolar, sentimentos e percepções do educador diante da questão*. Revista do Professor Porto Alegre, p. 10, 2003.

FREIRE, Paulo. Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo. *Revista de Cultura da Universidade do Recife*, Recife, n. 4; abr./jun. 1963.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Educação na cidade*. São Paulo: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo. Moraes, 1980.

_____ *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo. Scipione. 1989.

GOODSON, Ivor. *Curriculum: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.

IGREJINHA. SME: Igrejinha. *Plano Municipal de Educação (2014-2024)*, 2014.

JARVIS, P. Meaningful and meaningless experience: toward an analysis of learning from life. *Adult Education Quarterly*, v. 37, n. 3, Spring, 1987.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. *Curriculum, Conhecimento e Cultura*. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs.). *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica,

2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em: 26 maio 2016.

NÓVOA, António. Prefácio: Educação de adultos: um campo e uma problemática. In: CANÁRIO, Rui. *Educação de adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa, 2013.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. *Curriculum praticados: entre a regulação e a emancipação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. PAIVA, Jane. *Educação de Jovens e Adultos*. DP&A. Rio de Janeiro: 2004.

PAVIANI, J. *Interdisciplinaridade: conceitos e distinções*. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

PERRENOUD, Philippe. Profissionalização do professor e desenvolvimento de ciclos de aprendizagem. *Cadernos de Pesquisa*, n. 108, p. 7-26, nov./1999.

_____. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. *Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Ler, escrever e fazer contas*. Belo Horizonte, Miguilim, 1996.

SCHEIBEL, Maria Fani; LEHENBAUER, Silvana. *Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos*. Porto Alegre: Pallotti, 2006.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. n. 25, jan./fev./mar./abr., 2004.

WEIZ, Telma. FDE/SEE-SP. Parâmetros em ação, 1999. In: *Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas*. Organizadores: José dos Santos Souza, Sandra Regina Sales (Org.). Rio de Janeiro: NAU, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação-concepção e dialética-libertadora. *Cadernos Pedagógicos do Libertad*. São Paulo, n. 3, 2007.

Apêndice

Síntese da matriz curricular de EJA Ensino Fundamental

CICLOS DE APRENDIZAGEM:

1º ciclo – Alfabetização

2º ciclo – Pós-alfabetização

3º ciclo – 6º e 7º anos

4º ciclo – 8º e 9º anos

ÁREAS DO CONHECIMENTO:

a) Linguagem, Códigos e suas Tecnologia: abrange língua portuguesa, língua estrangeira, arte e educação física.

b) Matemática e suas Tecnologias.

c) Ciências Humanas e Sociais e suas Tecnologias: abrange história, geografia e ensino religioso.

d) Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

FORMAS DE INGRESSO NA EJA:

a) Curso Regular: para estudantes acima de 15 anos.

1º CICLO – Anos Iniciais – Alfabetização

carga horária: 270 horas = 38 semanas

(2 tempos de 19 semanas)

2º CICLO – Anos Iniciais – Pós Alfabetização

carga horária: 270 horas = 38 semanas

(2 tempos de 19 semanas)

3º CICLO – Anos Finais – 6º e 7º anos

carga horária: 800 horas = 57 semanas + 1 aula

(3 tempos de 19 semanas)

4º CICLO – Anos Finais – 8º e 9º anos

carga horária: 800 horas = 57 semanas + 1 aula

(3 tempos de 19 semanas)

b) Curso Preparatório aos Exames: para estudantes maiores de 18 anos.

c) Exames de Certificação do Ensino Fundamental: para estudantes maiores de 15 anos e comunidade em geral.

d) Cursos Livres: para estudantes maiores de 15 anos e comunidade em geral.

Nota dos organizadores

Delcio Antônio Agliardi*

Edi Jussara Cândido Lorensatti**

“Havia a vontade de desamarrar os nós, entrar em acordo com o desconhecido, abrir o caderno limpo e batizaras folhas com a sabedoria da professora, diminuir o tamanho do mistério, abrir portas para receber novas lições, destramellar as janelas e espiar mais longe”. (QUEIRÓS, 1996).*

É muito gratificante que tenhamos reunido coordenação, direção e professores na realização deste Referencial Curricular da Educação de Jovens e Adultos (RCMEJA) da Secretaria Municipal de Igrejinha, RS. O trabalho de dois anos (2015-2016) se estruturou em três perspectivas: a) elaboração de um Termo de Referência contendo os critérios e a forma de trabalho, esse Documento elaborado pela equipe da UCS e da SME; b) encontros de formação para estudos, aprofundamento de conceitos, pesquisas e diálogo

* Doutorado em Letras. Mestrado em Educação, graduação em licenciatura em Filosofia. É professor do Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE) da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

** Mestrado em Educação. Graduação em Matemática. Professora do Centro de Ciências Humanas e da Educação (CCHE) da Universidade de Caxias do Sul.

entre os professores da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e os profissionais da SME de Igrejinha; c) escrita orientada para a elaboração do RCMEJA, através de metodologia participativa.

O texto foi construído com a participação de todos os envolvidos por meio de encontros presenciais e de atividades a distância. Durante o processo de escrita, os participantes puderam interagir no seu próprio texto-base, fazendo sugestões na forma de inserção aditiva, supressiva ou modificativa, visando a obter contribuições que qualificassem o documento.

A satisfação se torna ainda maior em decorrência da ousadia e da inovação de que o RCMEJA é portador, assumindo o Ciclo de Aprendizagem como forma de organização dos espaços e tempos curriculares, no momento histórico em que a EJA tornou-se uma modalidade de Educação Básica, na perspectiva de potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento de jovens e adultos.

Temos a convicção de que a primeira parte foi realizada com espírito público, com a participação e o compromisso de todas as partes envolvidas. A implementação do RCMEJA constitui-se na próxima fase e exigirá o mesmo compromisso e participação da primeira etapa. Os desafios serão outros, na medida em que a ação educativa será pautada pelas concepções subjacentes aos Ciclos de Aprendizagem.

Desejamos que este RCMEJA produza os efeitos almejados, a vontade necessária para que a leitura conduza à ação educativa. Acreditamos que este RCMEJA poderá servir de referência para outras instituições educacionais do País. Enfim, nossa gratidão pelo acolhimento, pela parceria e pela oportunidades de aprendizagem nesse ambiente de políticas públicas educacionais locais, guiado pela democracia e dialogicidade, que marcaram nossa vida na dimensão pessoal e na profissional.

Toda pessoa necessita que as demais pessoas a reconheçam tal como ela acredita que é, tal como se inventa para si mesma. Isto significa que, porque somos uma invenção de nós mesmos, o reconhecimento do outro é indispensável a que esta invenção se torne verdadeira. [...] O homem é o único animal que se inventa e inventa o mundo em que vive.

Gullar, Ferreira, Um bicho que se inventa (Jornal Folha de São Paulo. Domingo, 1º de janeiro de 2006).

